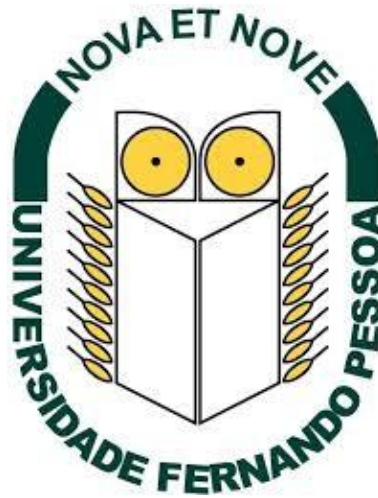


Beatriz Túlia da Conceição Falcão



Homens e Masculinidades:

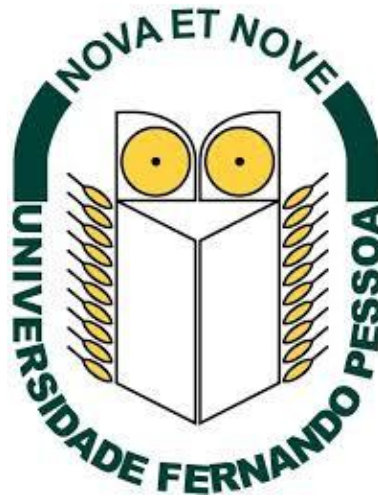
Experiências de Violência em Contexto de Intimidade Heterossexual

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2021

Beatriz Túlia da Conceição Falcão



Homens e Masculinidades:

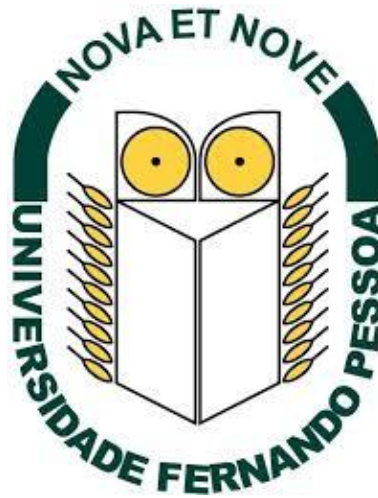
Experiências de Violência em Contexto de Intimidade Heterossexual

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2021

Beatriz Túlia da Conceição Falcão



Homens e Masculinidades:

Experiências de Violência em Contexto de Intimidade Heterossexual

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Criminologia, sob orientação do Professor Doutor Luís Santos.

Assinatura: _____

Beatriz Túlia da Conceição Falcão

RESUMO

A violência nas relações de intimidade é um problema complexo, transversal e desafiante para qualquer sociedade preocupada com o respeito pelos Direitos Humanos. A par da violência contra as mulheres e contra populações socialmente não normativas, o estudo da violência contra homens em contexto de intimidade heterossexual tem despertado a atenção da investigação nacional e internacional, evidenciando uma prevalência que merece ser problematizada. O presente estudo inscreve-se numa metodologia qualitativa, assente numa epistemologia fenomenológica descritiva, com recurso à técnica da entrevista em profundidade, realizada *online*. Tem como objetivo geral descrever experiências de homens vítimas de violência em contexto de intimidade heterossexual, contextualizando, especificamente, a emergência, o desenvolvimento e a avaliação das suas experiências de vitimação. Foram realizadas entrevistas *online* e em profundidade, semiestruturadas, a 9 participantes do sexo masculino com idades compreendidas entre os 23 e os 52 anos, autoapresentados como heterossexuais. Os discursos dos participantes foram examinados à luz da análise temática, tendo sido identificados quatro temas: i) O processo de tomada de consciência da vitimação; ii) Maiores dificuldades sentidas; iii) Experiências de vitimação (des)vendadas; iv) A necessidade de procurar ajuda: balanços e perspetivas. Em geral, os resultados apontam para múltiplas formas de violência sofridas em contexto de intimidade, destacando-se a violência psicológica. Destaca-se ainda a vergonha sentida pelos participantes e a dificuldade em pedir ajuda devido ao medo da desacreditação pública face ao incumprimento de uma expectativa social associada à masculinidade hegemónica.

Palavras-chave: Homens, masculinidades, violência, violência nas relações de intimidade.

ABSTRACT

Violence in intimate relationships is a complex, cross-cutting and challenging problem for any society concerned with the respect for human rights. Along with violence against women and against socially non-normative populations, the study of violence against men in the context of heterosexual intimacy has drawn the attention of national and international research, showing a prevalence which deserves to be problematized. This study is part of a qualitative methodology, based on a descriptive phenomenological epistemology, using the technique of in-depth interviews conducted online. Its general objective is to describe the experiences of men who were victims of violence in the context of heterosexual intimacy, specifically contextualizing the emergence, development and assessment of their experiences of victimization. Online, in-depth, semi-structured interviews were conducted with 9 male participants aged 23-52 years, self-presented as heterosexual. The participants' discourses were examined in the light of thematic analysis, and four themes were identified: i) The process of awareness of victimization; ii) Major difficulties experienced; iii) Experiences of (un)blindfolded victimization; iv) The need to seek help: balances and perspectives. In general, the results point to multiple forms of violence suffered in the context of intimacy, with psychological violence standing out. We also highlight the shame felt by the participants and the difficulty in asking for help due to the fear of public discredit due to the failure to comply with a social expectation associated with hegemonic masculinity.

Keywords: Men, masculinities, violence, violence in intimate relationships.

DEDICATÓRIA

“Não sei se é defeito ou feito

Preencher este vazio

Com raiva ou dor acesa

Não sei se é buscar alternativa

Coisa em mim que ainda viva

Por ter a memória presa

Não sei se te odeio ou se te amo

Porque hoje quando te chamo

O coração todo se encolhe

Tem medo dos teus gestos,

Dos teus passos,

Dos vidros e estilhaços

Dos caminhos que tu escolhes.”

Carolina Deslandes

AGRADECIMENTOS

A todos os docentes do curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, por todos os ensinamentos e apoio prestado ao longo destes cinco anos, o meu bem-haja.

Ao Professor Doutor Luís Santos, um obrigada em especial, por conhecer todos os meus contratempos e nunca ter desistido de mim, por todos os incentivos e auxílio na elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, pois sem eles nada disto teria sido possível, por sempre acreditarem nas minhas capacidades e me apoiarem, por todos os esforços que sempre fizeram por mim, para que eu consiga atingir todos os meus objetivos pessoais e profissionais, e por estarem sempre do meu lado.

À Matilde, minha companheira, minha confidente, minha irmã, por me fazer querer ser melhor a cada dia para ser o seu exemplo.

Ao João, por todo o apoio e motivação diária, por toda a compreensão e amor, por toda a ajuda na gestão do tempo e das tarefas, por ter estado ao meu lado em todos os momentos, e especialmente por nunca me ter deixado atirar a toalha ao chão. Por ter acreditado em mim, mesmo nos momentos em que eu própria duvidei, obrigada!

A ti, Diana, o meu agradecimento mais especial, pois com apenas 1 ano ensinas-me coisas novas todos os dias, fazes-me querer lutar diariamente para ser mais e melhor, completas-me. Sem ti, tudo teria sido diferente, tornaste este trabalho mais desafiante, mas fizeste com que valesse ainda mais a pena. Obrigada, minha filha!

A todos os que direta ou indiretamente fizeram com que este percurso fosse possível, que me apoiaram e me incentivaram, o meu muito obrigada!

ÍNDICE GERAL

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
DEDICATÓRIA	vii
AGRADECIMENTOS	viii
ÍNDICE DE ANEXOS	xi
ÍNDICE DE SIGLAS	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – HOMENS, MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA	3
1.1. (Des)Construindo a diferença.....	3
1.2. A relevância dos estereótipos de gênero e dos papéis sociais.....	4
1.3. O culto da masculinidade hegemónica.....	8
1.4. Intimidade e violência em contexto de intimidade.....	10
1.5. Abordagens históricas e culturais da violência	12
1.6. Tipologias de violência e o ciclo da violência	13
1.7. Enquadramento legal.....	16
1.8. Homem vítimas de violência em contexto de intimidade heterossexual	17
1.9. Prevalência	19
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	22
2.1. Desenho da investigação	22
2.2. Objetivos	22
2.3. Participantes	22
2.4. Instrumentos	23
2.5. Procedimentos	24
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	26
1. O processo de tomada de consciência da vitimação	26

2. Maiores dificuldades sentidas	29
3. Experiências de vitimação (des)vendadas	31
4. A necessidade de procurar ajuda: balanços e perspetivas	34
DISCUSSÃO	39
CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA	44
ANEXOS	52

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A – Questionário Sociodemográfico	52
Anexo B – Guião de Entrevista Semiestruturada	53
Anexo C – Parecer da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.....	54
Anexo D – Declaração de Assentimento Informado	55

ÍNDICE DE SIGLAS

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CPP	Código Penal Português
DOVE	<i>Domestic Violence Against Women/Men in Europe: Prevalence, Determinants, Effects and Policies/Practices</i>
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial de Saúde
PSP	Polícia de Segurança Pública
VRI	Violências nas Relações de Intimidade

INTRODUÇÃO

A violência nas relações de intimidade não é um problema recente, e apesar de já ter sido estudada em diversas geografias, a prevalência deste tipo de crime parece não estar a diminuir, justificando-se, por isso, o investimento em estudos dedicados a esta problemática.

Quando se pensa em Violência nas Relações de Intimidade (VRI), não é raro associar, aprioristicamente, a figura da mulher como vítima e a do homem como agressor. Sabe-se, todavia, que esta é uma realidade transversal ao género, ainda que com diferentes prevalências e nuances.

A existência de homens vítima de VRI tem despertado progressivamente a atenção da investigação nacional e internacional. O facto de os homens, em geral, serem associados ao papel de agressor, por um lado, e o reconhecimento da existência de homens vítimas de VRI, por outro, levanta questões muito pertinentes no sentido de problematizar a articulação entre o modelo de masculinidade hegemónica e, por exemplo, as dificuldades acrescidas com o processo de denúncia (Santos, 2019; Santos, 2020). A vergonha de se sentir e se reconhecer enquanto vítima implica, naturalmente, o medo do ridículo e da ridicularização por parte de terceiros, designadamente população em geral e das forças de segurança em particular (Shuler, 2010).

O parco conhecimento face a este fenómeno deve-se, em parte, à resistência das vítimas em pedir ajuda, quer pelo medo de sofrer represálias e sofrer ataques mais violentos, quer pela apreensão em relação ao julgamento de terceiros face a uma situação de algum modo disruptiva face a um modelo dominante que associa os homens à força e à dominação e não à vitimação (Dutton e Nichols, 2005; Zuleta, 2006; Santos, 2019). Assim, a presente investigação reconhece a necessidade de problematizar e discutir a violência de género, repensando, em simultâneo, o conceito de masculinidade hegemónica, a sua força reguladora e as suas contradições (Connell, 1998; Connell e Messerschmidt, 2005; Santos, 2019; Vale de Almeida, 1995 *cit in* Santos 2019).

A presente dissertação está dividida em três capítulos, o primeiro consiste num enquadramento teórico que tem como objetivo a contextualização desta problemática. Neste capítulo foram abordados alguns temas relevantes para a investigação, bem como a definição

de alguns conceitos e a apresentação de alguns dados estatísticos. No segundo capítulo está descrita a metodologia da investigação, as questões e objetivos da mesma, os participantes, os instrumentos e os procedimentos realizados na sua elaboração. Por fim, no terceiro capítulo encontra-se a apresentação e a análise dos resultados encontrados nesta investigação.

CAPÍTULO I – HOMENS, MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA

1.1. (Des)Construindo a diferença

Ao longo dos anos, a sociedade foi construindo uma ordem binária de várias coisas, em que uma é considerada o oposto de outra, e foram instituídas algumas divisões que se tornaram numa ordem natural, como foi o caso do sexo e do género (Ferreira, 2018). Para enquadrar melhor esta temática, é necessário referir o movimento social que mais contribuiu no passado para a (re)formulação destes conceitos. Recuamos, assim, à primeira vaga do feminismo, um movimento emancipatório que ocorreu em meados do século XIX, como forma de resistência a uma cultura patriarcal dominante, e que simboliza o facto das mulheres virem denunciar o facto dos problemas que, antes, julgavam ser pessoais, eram, afinal, experiências derivadas de um sistema opressor que subjugava a mulher em relação ao homem (Garcia, 2018).

Foi uns anos mais tarde, na segunda vaga do feminismo, que as questões relacionadas com o sexo e o género começaram a ser repensadas e questionadas. Uma das personalidades que marcou esta época foi Simone Beauvoir com a obra “O Segundo Sexo”, onde explica que o sexo não é uma predestinação implacável, mas sim uma forma da sociedade e da cultura definirem os espaços que os sexos ocupam, por exemplo no campo das profissões (Oliveira, 2010). Foi nesta época que começou a existir uma não aceitação da ordem “natural” das coisas, e se começou a compreender que a masculinidade e a feminilidade representam formas de ser socialmente construídas que condicionam todas as ações e relações dos indivíduos, a que estes se submetem com receio de rótulos negativos (Amâncio, 1994). Sabe-se hoje que os conceitos de sexo e de género são várias vezes confundidos, embora representem condições bastante distintas. O sexo pertence ao domínio da biologia, caracterizando assim um indivíduo com base nas suas atrações, exteriorizando determinadas atitudes e pertencendo a um grupo de pessoas que compartilham a mesma orientação sexual (APA, 2014).

A partir de 1970, muitos estudos examinaram com o binómio sexo/género, aceitando que o sexo representa uma condição anatómica e fisiológica da natureza, e que o género corresponde a um produto de forças sociais, políticas e institucionais que adequaram os comportamentos masculinos e femininos (Citeli, 2001). Segundo a mesma fonte, estes estudos questionavam as diferenças psicológicas e culturais, e não o domínio do físico e

biológico, pois considerava-se pertinente que não existisse uma ligação direta entre homem e masculino, e mulher e feminino.

Para Gonçalves (2018), não é correto reduzir o conceito de gênero à dicotomia masculino/feminino, pois este sistema binário é considerado redutor, opressor e até inviável. É necessário reconhecer e assumir que existe uma maior diversidade de gênero. Existe uma diferença que é sempre importante definir entre o fisiológico/biológico, que diz respeito ao sexo, e o social/cultural que corresponde ao gênero. A sociedade define uma série de características, ações, sentimentos e padrões de comportamento que são expectáveis ao perfil de cada gênero, tratando-se assim, de um processo de construção de identidade apoiado em diferentes e poderosos agentes de socialização (Marín, 2018; Santos, 2019). No que toca, por exemplo, à expressão emocional, existe uma forte convicção social que assume como característica da masculinidade, o autocontrole, sendo que esta ligação parece influenciar os homens a não relatarem certas emoções com receio de serem vistos como fracos ou, pior, virem questionada a sua masculinidade (Santos, 2015).

Segundo Küchemann, Bandeira e Almeida (2015), as características expectáveis em função do gênero são permeáveis aos contextos espaço e tempo. Embora todas tenham a mesma base, pode haver algumas variações e especificidades culturais, o que significa que podem existir definições distintas, tendo em conta a época, o período histórico e até a região. Alguns dos fatores que podem também alterar as características são a classe social, a idade, a etnia e a religião (Vieira *et al.*, 2012).

1.2. A relevância dos estereótipos de gênero e dos papéis sociais

Os valores culturais e as normas prevalentes em cada sociedade servem como guia e justificação das condutas do indivíduo, legitimando que homens e mulheres adotem determinados esquemas psicológicos e até ideológicos (Oliveira, Villas-Boas e Las-Heras, 2016). De acordo com Pomar *et al.* (2012), os estereótipos podem ser considerados como um conjunto de crenças ou convicções bem enraizadas, comumente aceites pela maioria da população, sobre os comportamentos e características de indivíduos pertencentes a um grupo específico (e.g., homens, mulheres). Frequentemente existe a tendência para encarar os estereótipos como processos negativos, pois através deles facilmente se constroem juízos discriminatórios sobre os indivíduos em questão. No entanto, estes poderão ser considerados

favoráveis se os entendermos como uma forma do indivíduo se adequar aos inúmeros estímulos com que lida quotidianamente. Daí os estereótipos serem por vezes considerados como elementos adaptativos para o ser humano, pois permitem uma ordenação da complexidade dos comportamentos em categorias operacionais, com as quais será mais fácil lidar. Contudo, não nos devemos esquecer que os estereótipos podem ser prejudiciais, pois originam o risco de uma interpretação distorcida da realidade, porque originam seriações irrefletidamente difundidas, seriações que a maior parte das vezes adquirem um carácter mais negativo do que positivo (Pomar *et al.*, 2012).

Se tivermos como base os estereótipos, todos os membros de um dado grupo social, ou comunidade, prestam-se a serem avaliados da mesma forma, considerando-se, à partida, ainda que precipitadamente, que estes indivíduos pertencem a categorias homogéneas no seio do próprio grupo. Esta atitude parece ignorar uma certa variação que facilmente se poderá observar em determinados indivíduos em relação à natureza de cada grupo específico. Estas crenças generalizadas possuem um fraco poder indicativo, pelo que facilmente se poderá fazer, erradamente, um juízo de valor inadequado de uma pessoa em particular, tendo como base os estereótipos que são unanimemente reconhecidos para caracterizar o seu grupo de proveniência (Pomar *et al.*, 2012). Estas crenças estão tão enraizadas socialmente e interiorizadas individualmente que só muito dificilmente poderão sofrer transformações significativas. De tal maneira que, mesmo quando confrontadas com sérias informações contrárias, as pessoas tendem a ignorá-las, em detrimento dos estereótipos (Pomar *et al.*, 2012).

Segundo Nogueira e Saavedra (2007), estas categorizações são formadas nas crianças através da transmissão dos seus agentes de socialização (agregado familiar, escola, comunicação social, redes sociais), e servem para tirar ilações acerca de grupos tendo por base a idade, nacionalidade, etnia, género, profissão, estatura física, zona geográfica onde habita, entre outras. Estes grupos de pertença são criados através de comparação e de contraste com outros grupos. Para as autoras, os estereótipos têm dois propósitos, sendo o primeiro a simplificação e organização do meio social de forma a torná-lo menos enigmático e confuso, e o segundo é para justificar a existência de discriminações e preconceitos.

Os estereótipos sociais são, por isso, generalizações sobre membros de um determinado grupo e são resultado do processo cognitivo de categorização. É necessário que um elevado número de pessoas partilhe a mesma ideia, para ser considerado um estereótipo social

(Tajfel, 1983 *cit in* Nogueira e Saavedra, 2007). Entende-se por estereótipos de gênero, as crenças relacionadas com a pertença e diferenciação sexual, que levam os indivíduos a adequar os seus comportamentos e valores apropriados na sua cultura, ao seu sexo (Barberá, 2004). Para Stearns (2017), a origem das diferenças entre os gêneros surgiu posteriormente às sociedades primitivas descobrirem a agricultura, o fogo, e a caça, pois até então as sociedades eram coletivistas e trabalhavam de forma igualitária. Após essa descoberta as comunidades começaram a fixar-se num território, e foi então que as mulheres, os seus corpos e a sua sexualidade começaram a ser controlados pelos seus maridos, dando-se deste modo o início do patriarcado, isto é, o controlo dos homens sobre as mulheres.

A diferenciação entre os sexos, subordinando e rebaixando a mulher em relação ao homem, enaltecendo assim a superioridade e a posição deste como grupo de referência e comparação, já vem desde Aristóteles e é visível até na atualidade (Bem, 1993). Como foi referido anteriormente, há vários anos que se utiliza a tese das diferenças sexuais e de gênero para afirmar o maior poder do homem, e por contraste e oposição, a inferioridade feminina, limitando assim a sua independência e liberdade de ações. Estas diferenças foram assumidas como fatores exclusivamente biológicos e incontornáveis, tornando-se deste modo moralmente aceites e assumidas como naturais. Este fundamento serve para desculpabilizar a sociedade, atribuindo exclusivamente estas diferenças aos fatores biológicos (Nogueira e Saavedra, 2007).

As características e traços de personalidade que mais estavam associadas à mulher eram o ser afetuosa, frágil, maternal, meiga, carinhosa, elegante, dependente, sensível, submissa, emotiva, sentimental, bonita e feminina. Já em relação ao homem, as características expectáveis eram o ser ambicioso, forte, aventureiro, corajoso, independente, desorganizado, superior, dominador, viril, autoritário desinibido e machista (Amâncio, 1998). Estas diferenças estipuladas e aceites pela maioria, tornam-se numa condicionante para todas as ações dos indivíduos, regulando assim as atitudes dos mesmos de forma a enquadrarem-se no grupo onde pertencem, criando assim uma espécie de protótipo de temperamento e características com carácter limitador (Giddens, 1994). É desde a infância e principalmente nos agentes de socialização mais próximos (família e escola), que começa a transmissão dos papéis sexuais que são associados a cada um dos sexos, criando assim a distinção precoce das diferenças de personalidade dos homens e das mulheres (Amâncio, 1994).

Se, por exemplo, analisarmos um catálogo de brinquedos de um hipermercado na altura do Natal, apercebemo-nos facilmente das diferenças que existem entre os brinquedos destinados a meninos (sexo masculino) e os brinquedos direcionados para as meninas (sexo feminino). Embora cada vez seja menos presente a distinção explícita nos panfletos, devido às inúmeras campanhas públicas e privadas de sensibilização e combate da desigualdade de género, ainda é possível observar que para as meninas estão direcionados os bebés e as bonecas, bem como todos os seus acessórios (cama para bebé, carrinho para bebé, baloiço para boneca, casa de bonecas, entre outros), e também eletrodomésticos, cozinhas, supermercados, maquilhagens e acessórios para cabeleireiro. Já para os meninos podemos encontrar aviões, *robots*, naves espaciais, submarinos, conjunto de carrinhos, helicópteros, gruas, viaturas de heróis, figuras espaciais, entre outros. Através desta análise conseguimos identificar dois caminhos opostos, o primeiro encaminha as crianças para a maternidade, tarefas domésticas e para a estética do corpo, já o segundo aponta claramente para a tecnologia, estando também presentes algumas situações de violência, ou pelo menos de conflito (Pomar *et al.*, 2012).

Segundo Brandão (2010), a identidade sexual e de género está diretamente relacionada com o sentido de pertença a um grupo. Esta identidade diz respeito ao sistema figurativo e cultural de uma sociedade que impõe determinadas características e atitudes aos indivíduos de acordo com os papéis que estes desempenham. É particularmente relevante, nesta parte do enquadramento teórico, realçar a importância da abordagem construcionista social do género, para compreender melhor como esta abordagem alterou e evoluiu as teorias anteriores. Em contraste com as abordagens anteriores, o construcionismo social considera que o género é uma construção social, que simplifica e organiza ideias preconcebidas, de modo a controlar o acesso ao poder e aos recursos. Deste modo, uma vez que o género não é considerado um atributo dos indivíduos, mas sim uma aprendizagem, o processo que cria as diferenças sexuais pode ser dividido em três campos: i) sócio-estrutural; ii) interpessoal; e iii) individual (Nogueira, 2001). Passamos a definir cada um deles individualmente:

i) **Sócio-estrutural** – Este campo corresponde aos sistemas de diferenciação de poder, determinado pela maioria ou minoria. Em termos estruturais, é necessária a procura de significados mais profundos, analisando, por exemplo, como as disciplinas académicas estão envolvidas nesta construção social e dão uma maior ênfase às perspetivas mais clássicas, ao invés das mais alternativas. Os meios de comunicação social também transmitem a representação do “conhecimento social”;

ii) **Interpessoal** – O facto de homens e mulheres serem tratados de forma diferente na sociedade, seja em serviços, áreas de lazer, escolas, e até em meio familiar, confere a legitimidade destes se comportarem de formas distintas, acentuando assim a crença nas diferenças sexuais;

iii) **Individual** – Como já foi várias vezes referido, no discurso de género é criado um padrão de comportamentos, atitudes e características consideradas apropriadas e associadas a cada um dos sexos. Neste campo, os indivíduos desenvolvem o seu “eu” (*self*), através das experiências e exemplos que os rodeiam.

1.3. O culto da masculinidade hegemónica

No decorrer deste enquadramento teórico, foi várias vezes mencionada a superioridade, em termos sociais, dos homens face às mulheres, fortemente fundamentada e suportada pelo patriarcado e pela ideia de família nuclear. Estas assimetrias de poder não são só encontradas entre homens e mulheres, existindo dentro do mesmo sexo uma espécie de hierarquia e também estigma em relação a alguns indivíduos. Como já referimos anteriormente, a masculinidade e a feminilidade são construções sociais, que definem a forma de agir, pensar, dizer e fazer de cada sexo, não existindo um determinismo biológico. Deste modo, podemos afirmar que a masculinidade não é uma categoria estática, pois é resultado de um processo de construção social, que depende da sociedade e do meio onde o indivíduo está inserido (Santos, 2015).

Foi a partir de 1990 que os estudos sobre masculinidades começaram a contribuir para uma desconstrução do conceito universalizado de homem, pois até então apenas era focado na literatura a dominação dos homens face às mulheres. Diversos investigadores (Connell, 1998; Berger e Luckmann, 2004; Eccel e Grisci, 2011) começaram a dirigir uma maior atenção para a construção das masculinidades, deparando-se com o facto de existirem várias, e com as assimetrias de poder entre as que eram mais ou menos legitimadas (Eccel e Grisci, 2011). Os indivíduos quando nascem não pertencem a nenhuma sociedade, apenas têm predisposição para a sociabilidade, vindo-se mais tarde a tornar um membro da sociedade em que se inserem (Berger e Luckmann, 2004). Se recuarmos algumas décadas, embora ainda seja praticado por muitas culturas mais tradicionais, observamos alguns rituais utilizados para marcar a passagem de “rapaz” para “homem”, ou seja, adulto, de modo a estes se integrem

e pertencerem não só à sociedade em que estão inseridos, como também à comunidade do seu sexo. Um exemplo disso é a primeira relação sexual, que para estes significa um ganho de poder bastante importante a nível simbólico e físico, e fornece esse estatuto de homem e indivíduo competente da sociedade. Estes rituais intensificam a premissa que o indivíduo não nasce homem, mas sim torna-se homem (Donald, 2001; Holland, Ramazanoglu e Thomson, 2006).

A contribuição de Connell (1988) foi marcante para a criação e consolidação de um léxico teórico acerca desta problemática e foi indispensável para impulsionar os estudos neste campo que aborda os homens e as masculinidades. A autora afirma que as masculinidades são múltiplas, contrariamente ao que se pensava anteriormente, e que estas representam desejos e condutas distintas entre a masculinidade hegemónica, que é considerada a mais forte e dominante, e as subordinadas, que, tal como o nome indica, representam as masculinidades socialmente consideradas menores e mais fracas. Para a autora, o masculino e o feminino não são oposições binárias, podendo encontrar traços de feminilidade na masculinidade e vice-versa.

A mesma autora refere ainda que o sistema é inquestionavelmente patriarcal e que, por norma, os homens têm mais privilégios do que as mulheres, como salários mais altos, maiores cargos, controle político, entre outros. No entanto, estes privilégios tendo em conta o género não são para todos os homens, existindo assim um desequilíbrio na sua repartição, que tem por base o grau de aceitação das diferentes masculinidades (Connell, 1998). O objetivo não é comparar esta desigualdade entre homens, desvalorizando toda a história da opressão das mulheres e toda a sua luta pela obtenção da igualdade, mas sim alertar para uma realidade social que passa muitas vezes despercebida, devido à aceitação da suposta ordem natural das coisas, mais concretamente, de relacionar os homens com o poder, mesmo que esse esteja contaminado e não chegue a todos de igual modo (Bourdieu, 1999).

Assim, o termo masculinidade hegemónica representa um modelo socialmente idealizado da masculinidade dominante, que está no topo da hierarquia das masculinidades, e serve de comparação às subordinadas (Connell, 1995; Vale de Almeida, 1995 *cit in* Santos 2019). Tendo em conta que as masculinidades traduzem uma relação entre poder e domínio, a masculinidade hegemónica desvaloriza, rebaixa e diminui, todas as que são diferentes, enaltecendo-se assim como a verdadeira masculinidade (Connell, 1998; Kimmel, 2001; Saavedra, 2004). As assimetrias e a aceitação das masculinidades permitem que algumas se

tornem hegemônicas e que estas subjuguem outras. O gênero entendido como relacional é uma escala classificativa utilizada entre homens e mulheres, e entre homens, criando assim hierarquias e diferenças de poder, sendo historicamente considerado o homem “mais normal”, o ocidental, branco e heterossexual (Seffner, 2003).

A busca pelo poder e pela dominação por parte da masculinidade hegemônica faz com que esta desvalorize e diminua tudo o que é diferente, ou seja todas as restantes, considerando-se assim superior e como a verdadeira masculinidade (Connell, 1998; Seffner, 2003; Saavedra, 2004). Para alguns autores, esta masculinidade é apenas acessível a uma minoria dos homens, mas é apoiada e imitada por outros que mesmo não reunindo as características desejadas, pretendem usufruir dos seus privilégios, estes homens seriam simplesmente cúmplices, pois contribuem assim passivamente para legitimar um certo ideal de masculinidade (Connell, 1998; Giffin, 2005). Os indivíduos de uma sociedade tentam, em geral, agir conforme o que é socialmente esperado e de modo a não destoar, no sentido de defraudar as expectativas coletivas. Desse modo, é habitual assistir a homens a agirem de forma mais “masculina” em frente a terceiros, pois tentam enquadrar-se face à imagem que melhor se assemelhe à masculinidade hegemônica. Com estas atitudes, os homens pretendem afirmar-se enquanto homens, e fazem esforços para se afastar de qualquer ato ou discurso que se aproxime do feminino, pois não quer ser associado às características de fraco e inferior (Kimmel, 2006). Para Santos (2009), a masculinidade hegemônica não representa um retrato verdadeiro do que é ser homem, nem corresponde às características nem à personalidade dos homens, mas representa sim, um ideal criado para representar simbolicamente, as diretrizes e normativas das ações dos homens, bem como regula as suas ações e pensamentos de acordo com o esperado na sociedade.

1.4. Intimidade e violência em contexto de intimidade

A intimidade é composta por quatro conceitos relacionados, designadamente: curiosidade, vulnerabilidade, empatia e reconhecimento. O mesmo autor acrescenta que não é possível conhecer-se totalmente o outro. Estas quatro dimensões, quando coincidentes, permitem, em geral, atitudes generosas para com o outro. Servem ainda de base para a existência de uma relação de proximidade e intimidade interpessoal (Woolf, 1992 *cit. in* Obert, 2016). A violência, por sua vez, é uma palavra de origem latina, nasceu da palavra vis, que significa

“força” e está relacionada com a imposição física sobre o outro (Minayo, 2006). O termo parece indistinto, mas quando observados os comportamentos violentos e seus conflitos, verifica-se que todos eles remetem para conflitos de autoridade, lutas pelo poder e de domínio, de posse e de destruição do outro ou dos seus bens (Minayo, 2006). No que diz respeito ao conceito atual de violência, a OMS (2014) defende que esta é um fator de importância do ponto de vista da saúde pública, consistindo no uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação. Já para Saavedra (2016), a violência é um fenómeno complexo pois resulta da existência de diversos fatores, tais como características individuais do sujeito, bem como a sua interação e relação com os pares, a sociedade em que este se insere, e até fatores culturais e ambientais. Sendo por isso importante para a sua compreensão, a relação de todos estes fatores com a violência, para se intervir principalmente na sua prevenção.

Do ponto de vista criminal, a violência está relacionada com o impacto do ato e o dano causado, tendo como elemento fundamental o resultado e a motivação do agressor. É através destas características que é calculada a dimensão e a definição da gravidade da ação (Stanko, 2011). Manita, Ribeiro e Peixoto (2009) defende que a noção de violência nas relações de intimidade surgiu da necessidade de alargar a noção de violência doméstica e violência conjugal, abrangendo assim todo e qualquer tipo de relação de intimidade e não apenas a de conjugalidade. Este tipo de violência abrange também as ocorrências em casais homossexuais, sendo aliás um fenómeno transversal aos vários contextos sociais, faixas etárias, etnias, estratos económicos, orientações sexuais e origem geográfica (Quaresma, 2012). Tal como na violência doméstica, e devido às relações de intimidade serem uma porção deste tipo de violência, não há uma definição geral e propriamente consensual, podendo assim definir alguns dos pontos em comum, utilizados pela maioria. A violência nas relações de intimidade está maioritariamente associada à violência doméstica contra mulheres, devido ao elevado número de crimes denunciados às autoridades surgir da parte destas, contra os companheiros de relações atuais ou passadas, representando assim um total de 75% das denúncias de crimes tipificados como violência doméstica (Ministério da Administração Interna, 2020). Trata-se de um fenómeno que é hoje amplamente reconhecido como a violação de direitos humanos mais prevalente no mundo, constituindo-se como um fenómeno transversal a toda a sociedade, independentemente da idade, género, etnia, orientação sexual, classe social ou localização geográfica (OMS, 2014).

1.5. Abordagens históricas e culturais da violência

Um dos principais problemas para as abordagens culturais de qualquer tema, é encontrar uma definição de cultura relativamente consensual. O conjunto bem definido de crenças, valores e práticas bem estabelecidas, tem sido o resultado das explicações e investigações que procuram definir a cultura, considerando-a assim um fator coerente e estático (Machado e Dias, 2010). Esta definição não é totalmente aceite pois despreza o facto que a cultura é modificada ao longo do tempo (Crichton-Hill, 2001; Kasturirangan, Krishnan e Riger, 2004), que a vivência de cada pessoa influencia o modo que esta vai seguir e interagir com certas crenças e valores (Levesque, 2001; Kasturirangan, Krishnan e Riger, 2004), e também que dentro de cada cultura existem diferentes pensamentos, maneiras de agir, e até distintas formas de interpretar os mesmos valores, considerando apenas a maioria, mesmo dentro das minorias (Dasgupta, 1998; Volpp, 2006).

A teoria da “subcultura da violência” de Ferracuti e Wolfgang (2013), é uma das primeiras explicações culturais da violência. Esta teoria defende que a responsabilidade dos atos violentos não está nas crenças sociais amplamente partilhadas, mas sim nas normas culturais grupais, espaço este onde a violência é justificável, necessária ou até mesmo percebida como honrosa. No que diz respeito à violência conjugal e nas relações de intimidade, Malley-Morrison e Castanheira (2009) propõem uma abordagem ecológica onde defende que é no contexto cultural a que um indivíduo está exposto, que este vai aprender a perceber a violência, podendo esta ser mais ou menos aceite. Esta posição vai ser adotada, conforme a herança cultural do sujeito, estando por isso presente na sua maneira de pensar, agir, avaliar e responder a diversas situações, como o cansaço, a frustração e a qualquer conflito com os outros. Das várias teorias a que o sujeito está exposto, algumas podem ser também acerca de crenças nos papéis familiares e de género, isto é, o lugar que cada um dos parceiros ocupa tanto na relação como na sociedade.

Como parte integrante da visibilidade da história da violência nas relações de intimidade encontram-se as perspetivas feministas, com um papel bastante importante não só na luta contra as práticas sexistas, na vontade da existência de igualdade de género, como também na luta contra a violência nas relações de intimidade. A violência acontece devido à heterogeneidade existente no que diz respeito à distribuição de poder entre os géneros na nossa sociedade. Esta vantagem de poder tem sido utilizada por homens de maneira a manter as mulheres numa situação de subordinação, utilizando sobre estas o domínio e controlo

(Marin e Russo, 1999; Yllo, 2005). É possível encontrar uma ligação entre a tradicional estrutura familiar e a violência nas relações de intimidade (Hearn, 1996). A família construída através da organização social e cultural patriarcal, remete para uma diferença nos papéis no seio, na sociedade, e principalmente, na desigualdade de poder e recursos, sendo assim apreendida a subordinação da mulher, como um ato normal. Estas práticas e esta superioridade quando levadas ao extremo, resulta em violência nas relações de intimidade (Machado e Dias, 2010).

1.6. Tipologias de violência e o ciclo da violência

Segundo Paulino e Rodrigues (2016), existem cinco tipos de violência, a saber: i) física; ii) psicológica; iii) social; iv) económica; e v) sexual. Passamos a definir cada uma delas individualmente:

i) **Violência física** – Compreende todo o tipo de comportamentos com recurso à força física por parte de quem agride, tendo como intenção o castigo corporal, ferir, ou causar dano, podendo, ou não, deixar marcas. Estes comportamentos podem funcionar em escalada, isto é, começam com agressões menos graves, aumentando cada vez mais com o tempo até formas extremamente agressivas, deixando lesões sérias, incapacidade temporária ou permanente, ou até mesmo morte da vítima;

ii) **Violência psicológica** – Atos que violentam psicologicamente a vítima, tais como ameaçar a vítima ou pessoas que lhe são próximas, injuriar, humilhar, criticar compulsivamente todos os seus comportamentos, menosprezar, gritar, destruir os seus pertences ou objetos com valor pessoal ou sentimental. Estas ações não magoam a vítima fisicamente, mas têm um grande impacto na sua autoestima e na sua maneira futura de encarar a vida, tornando-a vulnerável e fragilizada.

iii) **Violência social** – Este tipo de violência é utilizado para isolar a vítima do seu meio, familiares ou amigos, para mais facilmente a conseguir manipular e controlar, aumentando assim o seu poder sobre esta. Esta forma de violência é utilizada também para diminuir a possibilidade de denúncia, pois o contacto da vítima com o exterior fica bastante reduzido, não tendo esta como partilhar com alguém aquilo por que está a passar. Indiretamente, este

isolamento pode ser por própria vontade da vítima, pois não sai de casa porque tem marcas visíveis e sente vergonha;

iv) **Violência económica** – Este tipo é utilizado principalmente em vítimas que não têm emprego ou sustento financeiro próprio facilitando ao/à agressor/a um maior controlo. Noutros casos, o/a agressor/a pode mesmo ser a causa de a vítima não ter emprego, ou até mesmo que esta não conclua os seus estudos. Estamos perante mais uma forma do/a ofensor/a aumentar o seu poder sobre a vítima, pois o que ela necessitar só acede com a permissão deste/a;

v) **Violência sexual** – Compreende todas as práticas de teor sexual contra a vontade da vítima. Não sendo necessário o ato em si, também a sua tentativa, comentários de natureza imprópria, e todos os comportamentos de natureza sexual não desejados por esta se incluem neste tipo de violência. Estamos perante alguns dos atos mais graves de violação, mesmo quando o ato sexual não seja consumado pelo/a ofensor/a, mas sim por terceiros à escolha deste/a. Outras das atitudes típicas desta forma de violência é quando o agressor obriga a vítima a prostituir-se, ou lhe provoca danos nos órgãos sexuais, como queimar, cortar, apertar entre outros.

A violências nas relações de intimidade tem sido cada vez mais estudada (Manita, Ribeiro e Peixoto, 2009; Castanho *et al.*, 2013; Saavedra, 2016; Machado e Dias, 2010), por forma a desenvolver mecanismos de prevenção e, aquando do seu acontecimento, formas eficazes da sua resolução, tanto para a vítima como para o/a ofensor/a. Ao contrário da maioria das vítimas de crimes, as vítimas desta forma de violência não sofrem uma “repentina e imprevisível” ameaça à sua segurança e à sua vida, sendo antes, por norma, uma violência em escalada e praticada de forma continuada (CEJ, 2016). Para a APAV (2011) e outros autores (Sarmiento, 2005; Manita, Ribeiro e Peixoto, 2009; Amaral *et al.*, 2016), este tipo de violência funciona como um sistema circular, o chamado *Ciclo da Violência Doméstica*, e é composto por três fases, as quais, de seguida, serão brevemente explicadas: i) aumento da tensão, ii) ataque violento (episódio de violência) e iii) lua-de-mel (apaziguamento ou reconciliação).

i) **Aumento da tensão** – É nesta primeira fase que é exercido o domínio e o controlo da vítima, podendo ser utilizada qualquer situação comum do quotidiano para motivar um aumento da tensão, iniciando assim, um ambiente de perigo para a vítima. É nesta fase que o/as agressores/as utilizam qualquer pretexto para agir agressivamente com a vítima como

por exemplo, as refeições/alimentação, limpeza e arrumação, horários, canal da televisão, ou então por ciúmes, a vítima não ter chegado à hora acordada ou ter saído de casa sem dar explicações. Através destes pretextos surge uma discussão, e está criado um aumento de tensão que pode tomar proporções mais elevadas se o/a agressor/a tiver consumido alguma substância (álcool ou drogas). Esta fase não tem uma duração definida, dependendo assim de caso para caso, e por norma, a atitude da vítima é acalmar a situação e agir conforme as vontades do/a agressor/a de forma a diminuir o aumento da tensão (Manita, Ribeiro e Peixoto, 2009; APAV, 2011; CEJ, 2016;);

ii) **Ataque violento** (Episódio de Violência) – Esta segunda fase pode iniciar com violência verbal, através de insultos e ameaças, verificando-se um aumento da agressividade e uma escalada para diversos tipos de violência. É nesta fase que o/a agressor/a descarrega a tensão acumulada na fase anterior, existindo, por norma, um ataque físico violento. Em alguns casos o ataque é de tal forma violento, que a vítima pode necessitar de cuidados e assistência médica, sendo por vezes negada, e/ou quando é permitida, a mesma é coagida de forma a não contar com veracidade a causa dos ferimentos. A fase do ataque violento poderá, ao longo do tempo, aumentar a sua frequência e a intensidade da violência, agravando as consequências negativas para a vítima. Após este episódio, o/a agressor/a começa a tentar justificar os seus atos, podendo culpabilizar a vítima, dizendo-lhe que foi ela que provocou a situação, ou invocando atenuantes como o stresse no trabalho, ou algum tipo de consumo de substâncias. Nesta fase, o/a agressor/a começa a demonstrar remorsos e receio de terminar a relação, dando assim início à fase seguinte (Manita, Ribeiro e Peixoto, 2009; Amaral *et al.*, 2016; CEJ, 2016);

iii) **Lua-de-mel** (Apaziguamento ou Reconciliação) – As agressões violentas e a fase anterior antecedem o momento em que o/a agressor/a demonstra arrependimento. Esta fase é marcada pelas promessas e juras de que nunca mais terá atitudes violentas, que irá alterar o seu comportamento e que tudo irá ser diferente no futuro. Se esta foi a primeira agressão, a promessa é que será a única, e em casos onde já é recorrente o uso da violência física, as promessas são que esta terá sido a última vez. Tal como o nome indica, este período tem como base a conquista, atitudes de carinho e atenção, como se de o início de um namoro se tratasse. Estas atitudes podem também incluir os amigos e familiares da vítima, de forma que estes o/a ajudem na (re)conquista da mesma. É através deste comportamento que manipula a vítima, pois fá-la mesmo acreditar que tudo será diferente, acabando esta, na maioria das

vezes, por perdoá-lo/a, acreditando mesmo na mudança de atitude por parte do/a mesmo/a. Com esta fase, a vítima volta à normalidade e amenidade na sua vida, o que reforça o desejo de manter a relação e dificulta a vontade de ruptura da mesma. Esta manipulação afetiva aumenta o poder que o/a agressor/a tem na vítima. É aqui que o ciclo recomeça, e as tensões voltam a aumentar, se a relação não terminar (APAV, 2011; Borsato, 2016; CEJ, 2016; Manita, Ribeiro e Peixoto, 2009).

Cada relação tem o seu próprio ritmo e a duração de cada fase difere de casal para casal. Embora este ciclo se caracterize pela continuidade no tempo e na repetição sucessiva das fases ao longo de vários meses ou até anos, na maioria das vezes as fases de apaziguamento vão sendo cada vez menores, e a fase de ataque violento vai-se sobrepondo às restantes, acabando por predominar com o tempo. A sua frequência e gravidade vão aumentando e em alguns casos mais extremos o culminar deste ciclo resulta em homicídio.

1.7. Enquadramento legal

O crime de violência doméstica, que inclui a violência em relações de intimidade, foi consagrado pela primeira vez no Código Penal de 1982, com a epígrafe “maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges”, previsto e punido no artigo 153.º, números 1, 2 e 3. Até à presente data, a tipificação deste crime sofreu várias alterações, estando agora enquadrado nos crimes contra a integridade física, tendo uma natureza pública desde as alterações ao Código Penal Português (CP), introduzidas com a Lei 59/2007, publicada em Diário da República (I Série), em 4 de setembro de 2007. Esta alteração veio permitir que o procedimento criminal não fique dependente de queixa, isto é, o Ministério Público (MP) para promover o processo, apenas tem que ter conhecimento do crime, nos termos do artigo 48.º do CP, não admitindo também a desistência, ao contrário de crimes particulares e semipúblicos. A violência em relações de intimidade encontra-se assim tipificada no artigo 152.º do Código Penal Português no crime de Violência Doméstica e pune:

- 1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:
 - a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;

- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
 - c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou
 - d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;
- É punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal (Antunes, 2015).

1.8. Homem vítimas de violência em contexto de intimidade heterossexual

Dutton e Nichols (2005) consideram que foi no início dos anos 70 do Século XX que a violência em meio familiar começou a receber uma maior atenção do público, e a ser vista como um grave problema social. Ainda assim, a violência contra os homens em contexto de relação íntima ainda é um tema algo negligenciado, sendo que, para diversos autores, esta violência é justificada pela autoproteção, como já referido anteriormente, ou pela existência de uma dinâmica de violência bidirecional entre o casal. Esta perspetiva representam uma descrença no facto das mulheres poderem utilizarem a força e o poder que é normalmente associado aos homens quando se encontram no papel de agressores, e embora a violência letal em relações íntimas seja mais associada às mulheres, cada vez mais se demonstra que a violência sofrida pelos homens pode igualmente culminar na morte destes (Ménard, Anderson e Godboldt, 2009).

Quanto aos tipos de violência perpetradas no contexto de relações de intimidade, as mulheres têm uma maior probabilidade de sofrerem violência física, enquanto os homens são maioritariamente vítimas de violência psicológica e verbal, e os relatos de violência sexual são bastante raros (Machado e Matos, 2014). A nível internacional, Coker *et al.* (2002) realizaram um estudo com 2014 mulheres e 1656 homens, em que todos os participantes foram vítimas de violência em relações de intimidade, e os resultados demonstram o já mencionado, que os homens são maioritariamente vítimas de violência psicológica em relação às mulheres (H: 17,3%; M: 12,1%), e que existe uma pequena percentagem de homens que foi vítima de violência sexual (0,2%).

Os resultados de um estudo realizado em Portugal por Machado *et al.* (2017) com 10 participantes homens vítimas de violência em relações de intimidade no contexto de uma relação heterossexual, constataam que existem duas grandes formas de violência, a direta e a

indireta. A violência direta abrange a violência física, psicológica, econômica, a perseguição e ainda administrativa, que é quando um indivíduo utiliza o sistema jurídico de modo a prejudicar o outro. A violência indireta é quando os atos violentos não são perpetrados diretamente contra o sujeito, mas sim contra terceiros, por exemplo no caso de os filhos estarem presentes aquando das situações de violência, em que estes acabam por ser vítimas e poderão ter consequências futuras. Neste mesmo estudo a maioria dos participantes relatou que a violência psicológica em forma de ameaças de queixas falsas na polícia e de afastamento dos filhos, teve um impacto mais negativo do que a violência física sofrida.

Em geral, as vítimas do sexo masculino têm uma grande dificuldade em admitir que são vítimas das suas parceiras, o que faz com que estas nem sempre recebam o apoio necessário (e.g. psicológico, físico, social e jurídico), e o que pode ser também justificativo dos números significativamente menores de homens vítimas neste contexto comparativamente às mulheres (Shuler, 2010). O medo de serem ridicularizados e a vergonha são apontados como fatores da fraca denúncia deste tipo de vitimação, em que na grande maioria dos casos apenas existe pedido de ajuda ou apresentação de queixa crime quando a violência é física e extremamente severa e sobretudo quando existem marcas visíveis, o que diminui a hipótese de desacreditação dos relatos destes (Drijber, Reijnders e Ceelen, 2013).

Machado, Hines e Matos (2016) realizaram um estudo com 89 vítimas masculinas de violência em contexto de intimidade e os resultados apontam para a reticência destas vítimas no que diz respeito à denúncia e ao pedido de ajuda/suporte. A maioria dos participantes (76,4%) não realizou nenhum pedido de ajuda, e os restantes apenas recorreram ao núcleo mais próximo, como familiares e amigos, e, em casos mais raros, a profissionais de saúde e serviços de apoio à vítima. A maior necessidade destas vítimas era serem compreendidas e terem quem as escutasse, ter acesso a cuidados de saúde e terem apoio psicológico. De um modo geral, a literatura científica tem demonstrado que a violência psicológica/verbal tem sido a mais sofrida pelos homens vítimas de VRI (Drijber, Reijnders e Ceelen, 2013; Machado, Hines e Matos, 2016; Moniz, 2017), embora os homens também sejam vítimas de violência física por diversas vezes (Dutton e Nichols, 2005; Machado, Hines e Matos, 2016; Moniz, 2017).

1.9. Prevalência

Em Portugal, no ano de 2020 foram reportados às autoridades 27.637 crimes de violência doméstica, dos quais 85% representam relações de conjugalidade ou relações análogas às dos cônjuges. Do total dos crimes reportados, 25% são homens (Ministério da Administração Interna, 2020). Entre 2013 e 2018, a APAV registou um total de 2.745 homens adultos vítimas de violência doméstica, dos quais 56% representam relações de conjugalidade. Durante este período registou-se um aumento percentual de 33,4% de 2013 para 2018 (APAV, 2018). O relatório anual da APAV de 2020 caracteriza a vítima do sexo masculino com as seguintes características, quanto à idade: adulto 56,9% criança 29,3% e idoso 15,3%; idade média 36 anos; quanto ao grau de ensino: 1º ciclo 6,6%, superior 5,2% e 3º ciclo 5%; e relação com o/a autor/a do crime: filho/a 16,1%, conjuge 10,8% e pai/mãe 8,8% (APAV, 2020).

Um estudo realizado por Moniz (2017) com um grupo de homens vítimas de violência doméstica acolhidos na Primeira Casa Abrigo Masculina em Portugal, teve como objetivo principal traçar o perfil psicológico dos homens vítimas deste tipo de crime. O grupo era constituído por 7 homens com média de idade de 52.8 anos e indicou que aquando da entrada na casa abrigo, 85.7% necessitavam de apoio psicológico, proteção do agressor e apoio judicial, tendo sido identificado em 71.4% sintomas depressivos. No mesmo grupo verificou-se que 57.1% das vítimas já tinha sido hospitalizada devido a agressões físicas, embora a maioria da violência perpetrada tenha sido a nível psicológico, 85.7% tal como acontece nos casos de vítimas do sexo feminino. Quanto à relação que mantinham com as agressoras, 57.1% afirmam que era a esposa/companheira e 14.3% encontravam-se em relação de namoro. Como base para o estudo, o grupo masculino foi comparado com um grupo feminino acolhido também numa casa abrigo em Portugal, para conseguir assim encontrar e compreender as diferenças do perfil das vítimas tendo em conta o sexo das mesmas. Comparando a saúde mental nos dois grupos, o estudo demonstrou que a sintomatologia depressiva está mais presente no sexo masculino (71.43% nos homens e 54.3% nas mulheres) embora no sexo feminino seja mais frequente a sintomatologia psiquiátrica e o recurso a medicação. Estes resultados estão relacionados com o tempo de permanência na relação abusiva, em que as mulheres estão em média cerca de 12.9 anos na relação após a primeira agressão, e os homens cerca de 1.20 anos.

No que diz respeito à prevalência do fenómeno nos Estados Unidos, estudos realizados revelam que 25% e 50% dos homens num ano, são vítimas de violência em contexto de relações de intimidade (Breiding, Chen e Black, 2014). Um projeto de investigação europeu (DOVE), que avalia os fatores relacionados com a saúde e a frequência de violência em contexto de intimidade, revelou uma prevalência mais elevada nos homens (18.4%) do que nas mulheres (5.9%), de violência física bidirecional ao longo da vida. Entre jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos (n = 3.496), numa sub amostra em que 12.3% são rapazes e 12.5% são raparigas, revelam que a nível da saúde mental e da saúde física, os homens apresentam valores baixos em relação às mulheres. Revela ainda que as mulheres conseguem ter uma maior qualidade de vida em relação aos homens nestas dimensões (Costa *et al.*, 2014).

Mitra e Mouradian (2014) recorreram a uma amostra de homens vítimas e não vítimas de violência íntima, com e sem limitações físicas e/ou psicológicas, para compreender se as consequências na saúde física e mental eram piores nos homens que manifestavam as seguintes condições: ser vítimas e ter algum tipo de limitação. Demonstrou-se que a saúde geral destes homens era a que se revelava mais fragilizada em comparação com os outros grupos. Constatou-se ainda uma maior probabilidade de estes enveredarem em comportamentos de risco com possíveis consequências nefastas para a saúde. Hines e Douglas (2016) chegaram à conclusão de que é a presença de uma combinação de várias formas de violência íntima que mais positivamente se encontra relacionada com uma saúde física e mental fragilizada nos homens. No entanto, as autoras destacam a existência dos comportamentos de controlo como proibição de contactos com familiares e/ou amigos, agressões físicas graves ou com lesões incapacitantes, da violência sexual e da violência legal-administrativa (apresentar uma queixa-crime falsa) como os tipos de violência íntima mais frequentes sofrida pelos homens que apresentam perturbações do foro mental.

Por fim, através do estudo de Hines e Douglas (2018) foi possível concluir que os homens vítimas de terrorismo íntimo apresentam os piores níveis de saúde física e mental comparativamente com as vítimas de outros tipos de violência: violência situacional e violência mútua de casal. Como já foi referido anteriormente, ainda existe uma grande resistência por parte das vítimas masculinas no que diz respeito à denúncia e ao pedido de ajuda aquando vítimas de violência em contexto de intimidade, devido, sobretudo, ao receio de preconceito e repercussões sociais. Deste modo, e conforme é referido na literatura, existe

um elevado desconhecimento dos números reais das ocorrências, ou seja, um elevado número de cifras negras (Machado, Hines e Matos, 2016).

As cifras negras, também conhecidas como a criminalidade desconhecida, traduzem um conceito que compara a criminalidade conhecida e reportada, com a criminalidade “real” que engloba também a desconhecida. Este fenómeno consiste no facto de apenas um pequeno número de ocorrências criminais chegar ao conhecimento das autoridades públicas e posteriormente as autoridades judiciais e aos tribunais (Mandarino, Braga e Rosa, 2017). Este termo é utilizado na Criminologia para definir a fração dos crimes que, por diferentes fatores, permanecem ocultos e desconhecidos. Estes crimes podem, ou não, ser do conhecimento do Estado. Porém, mesmo aqueles crimes que chegam ao conhecimento do Estado, muitas vezes não são solucionados, incorporando-se, também nestes casos, ao fenómeno que se denomina Cifras Negras da criminalidade (Cervini, 2002). Por fim, Maia (2012) defende que a dimensão das cifras negras tende a ser maior quando a perceção de gravidade associada ao crime é menor ou quando estamos perante uma sociedade que duvida das suas próprias instituições de segurança pública.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

2.1. Desenho da investigação

O estudo inscreve-se numa metodologia qualitativa, assente numa epistemologia fenomenológica descritiva (Willig, 2012), com recurso à técnica da entrevista em profundidade, realizada *online*.

2.2. Objetivos

A presente investigação tem como objetivo geral descrever experiências de homens vítimas de violência em contexto de intimidade heterossexual. Pretende-se, especificamente, contextualizar a emergência, o desenvolvimento e a avaliação das experiências de vitimação.

2.3. Participantes

A presente investigação contou com a participação de 9 homens entre os 23 e os 52 anos de idade. Foram definidos como critérios de inclusão: i) ser adulto do sexo masculino; ii) de nacionalidade portuguesa; iii) autoapresentado como heterossexual; iv) reconhecer ter vivido, pelo menos, uma experiência de vitimação em contexto de intimidade heterossexual há mais de um ano; e v) ter apresentado queixa-crime ou ter requerido algum tipo de ajuda formal (e.g., forças policiais, associação) ou informal (e.g., família, amigos, vizinhos). Como critérios de exclusão foram previstos: i) pertencer ao sexo feminino; ii) a menoridade; e iii) nunca ter sofrido nenhum tipo de violência numa relação de intimidade heterossexual ou ter vivido numa relação com tais características há menos de um ano. Conforme é possível observar na tabela 1, quanto ao estado civil, na altura da entrevista, 4 dos participantes estavam divorciados, 2 casados, 2 solteiros, e 1 estava separado. No que diz respeito às habilitações académicas, 5 possuíam formação superior e 4 concluíram o ensino secundário. Os participantes tinham profissões bastante distintas, designadamente artista, enfermeiro, enfermeiro veterinário, operário fabril, treinador de futebol, operador de caixa de

supermercado, *hair stylist*, assistente operacional e comerciante. Todos os participantes estavam empregados na altura da entrevista.

Tabela 1 Caracterização sociodemográfica dos participantes

Entrevistado	Idade	Estado Civil	Habilitações Académicas	Profissão	Situação na Profissão
André	52	Divorciado	Secundário	Artista	Empregado
Ricardo	32	Separado	Superior	Enfermeiro	Empregado
Fernando	23	Casado	Superior	Enfermeiro Veterinário	Empregado
Bruno	38	Solteiro	Secundário	Operário Fabril	Empregado
Luís	29	Solteiro	Superior	Treinador de Futebol	Empregado
Guilherme	37	Divorciado	Superior	Operador de Caixa de Supermercado	Empregado
Bernardo	41	Divorciado	Secundário	<i>Hair Stylist</i>	Empregado
Afonso	52	Casado	Secundário	Assistente Operacional	Empregado
Igor	40	Divorciado	Superior	Comerciante	Empregado

2.4. Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram um questionário sociodemográfico (Anexo A) e um guião de entrevista semiestruturada com perguntas exploratórias, aplicado na forma semi-diretiva (Anexo B), a partir das quais foram formuladas novas questões relevantes para o estudo. O questionário sociodemográfico foi desenhado de modo a recolher as seguintes informações i) idade; ii) estado civil; iii) habilitações literárias; iv) profissão; e v) situação profissional.

Quanto ao guião de entrevista, o mesmo contempla um conjunto de 8 questões exploratórias, a partir das quais, durante a condução da entrevista, se desenrolou a conversa entre entrevistado e investigadora.

2.5. Procedimentos

Primeiramente, foi realizada uma revisão da literatura sobre a temática em estudo. De seguida construíram-se os instrumentos referidos anteriormente, pelo que não foi necessário requerer autorização de outros autores. Após aprovação da Comissão de Ética da UFP (Anexo C), realizaram-se alguns contactos para se aceder aos potenciais participantes, através de um endereço eletrónico exclusivamente criado para o contexto das entrevistas a realizar, o qual deixou de vigorar após o término da investigação. Assim, começámos por contactar duas associações para nos auxiliarem na divulgação do estudo através das suas páginas institucionais e redes sociais, nomeadamente a Associação Quebrar o Silêncio, uma Organização Não Governamental de Apoio a homens vítimas de abuso sexual (<https://www.facebook.com/quebrarosilencio>) e a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) (<https://www.facebook.com/APAV.Portugal>). As duas instituições responderam negativamente ao nosso pedido. Paralelamente, publicámos a seguinte mensagem na página pessoal do *Facebook* e em grupos relacionados com o tema da investigação:

Bom dia, o meu nome é Beatriz Falcão. Tenho 24 anos e encontro-me a realizar uma investigação intitulada Homens e Masculinidades: Experiências de Violência em Contexto de Intimidade Heterossexual. Trata-se de uma investigação realizada no âmbito do meu Mestrado em Criminologia, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, no Porto (www.ufp.pt). O objetivo geral do trabalho consiste em descrever experiências de homens vítimas de violência em contexto de intimidade heterossexual. Pretende-se, especificamente, contextualizar a emergência, o desenvolvimento e a avaliação das experiências de vitimação. Assim, gostaria de convidá-lo a participar nesta investigação, comprometendo-me a explicar detalhadamente, em privado e sem qualquer compromisso da sua parte, o contexto e os procedimentos referentes à presente investigação.

Sempre que alguém a nós se dirigiu, mostrando interesse em saber mais sobre a investigação, explicámos, como dissemos, detalhadamente e em privado, os objetivos específicos do estudo, bem como as condições de participação. Esclarecemos, de igual forma, todas as

questões e/ou dúvidas que foram sendo colocadas. Às pessoas que decidiram participar no estudo, disponibilizámos a Declaração de Assentimento (Anexo D), cujo texto, depois de lido, foi colado por cada participante na caixa privada de diálogo entre a investigadora e o participante, de modo a confirmar a sua anuência em participar do estudo. Todas as entrevistas foram realizadas *online*, em tempo síncrono e assíncrono, na plataforma de mensagens *Messenger*, sem imagem e sem recurso a voz, de acordo com a manifestação expressa de vontade de cada participante.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O presente capítulo tem o propósito de apresentar e discutir os resultados provenientes do trabalho empírico realizado. Dos dados recolhidos, e tendo em consideração os objetivos do estudo, emergiram os seguintes temas: *i) O processo de tomada de consciência da vitimação; ii) Dificuldades sentidas; iii) Experiências de vitimação revisitadas; iv) Necessidade de ajuda/suporte.*

1. O processo de tomada de consciência da vitimação

O processo de tomada de consciência da vitimação sugere dificuldades de aceitação sentidas pelos participantes no momento em que se aperceberam estar envolvidos numa relação com contornos de violência.

Custou a acreditar e na altura não me pareceu correto responder. Tentei saber o porquê daquele comportamento, mas não havia nenhum motivo (...) Sempre vivi numa família sem problemas desses e custava-me acreditar (Afonso, 52 anos).

A par das dificuldades associadas ao processo de tomada de consciência, foi possível identificar em outros participantes alguns sentimentos de raiva e frustração, mas também de dúvida de si, conforme se lê na próxima passagem discursiva.

Senti raiva, frustração, estive meses em negação, senti como se fosse um pesadelo do qual eu queria acordar, mas nunca era capaz. Pensei que era impossível aquilo estar a acontecer-me; podiam ser imaginações da minha cabeça, e eu podia estar a exagerar. Resumidamente, eu não queria acreditar naquilo (Bernardo, 41 anos).

Outros participantes mencionaram que, por vezes, se questionaram, tendo chegado mesmo a acreditar que talvez algum comportamento ou atitude da sua parte pudesse, na ocasião, ter provocado as atitudes de violência da outra parte, retirando-lhe responsabilidade.

Comecei a perceber que estava consciente de estar envolvido numa relação de violência a partir do momento em que a pessoa começou a ser mais agressiva, coisa que não acontecia até aí. Nesse momento senti-me um pouco frustrado porque estava numa situação em que, da minha parte, nunca aconteceu tal coisa e pensei que pudesse ser eu que estivesse com alguma atitude errada e que deveria ter de mudar alguma coisa em mim (Ricardo, 32 anos).

Os discursos de alguns participantes permitiram ainda identificar a crença habitual de que a VRI só acontece aos outros, sobretudo às mulheres.

Senti que não podia ser verdade, que isto não me podia estar a acontecer. Na televisão às vezes ouvia falar sobre este assunto, mas mais nas mulheres que levavam dos maridos, mas sempre pensei que caía quem queria e que aquilo nunca me iria acontecer, mas a verdade é que ninguém está livre. Comentei com o meu irmão a situação dos controlos, insultos e ameaças e ele alertou-me que isto não era normal e que tinha de fazer alguma coisa (Guilherme, 37 anos).

Para além da raiva e da frustração, os discursos apurados deram visibilidade a estados de tristeza, depressão, sentimentos de insuficiência e dor.

Tristeza, pensei que nunca nada do que eu fazia era suficiente para agradar a essa pessoa. Tomei consciência quando toda a gente me dizia para abrir os olhos e eu não queria abrir, até ao momento em que foi necessário. (...) Entrei numa depressão. O processo foi doloroso e agarrei-me às pessoas que sempre me tentaram abrir os olhos e me apoiaram, incluindo a minha família (Luís, 29 anos).

Outros participantes fizeram referência ao estado em que se encontravam durante e após a vivência de uma relação com contornos abusivos, e explanaram as marcas deixadas por este período.

Foi muito difícil, um processo interno demasiado doloroso. Assim que saí do estado de negação, só chorava e nem era capaz de trabalhar ou sair de casa. Mentalmente, fiquei devastado e mesmo muito abalado (Bernardo, 41 anos).

Para alguns participantes, o momento da tomada de consciência de estarem envolvidos numa relação com contornos de violência coincidiu com o momento em que, pela primeira vez, foram alvo de violência física.

Eu só tomei consciência na vez que ela me bateu, antes disso pensei que tudo era normal. Não falava muito da minha relação com os meus amigos, por isso não tinha grande termo de comparação. Senti raiva nesse momento, parecia que fervia por dentro com uma enorme vontade de explodir. Pensei em dar de volta, mas isso não faz parte do meu ser (Guilherme, 37 anos).

No seguimento do relato de Guilherme, Fernando acrescentou que, no seu caso, o episódio de violência física foi o gatilho para que tivesse decidido não apenas libertar-se da relação, como a apresentar queixa na polícia.

A minha reação foi tentar libertar-me de uma relação assim, desde o ponto que houve violência física, mas percebendo que nunca conseguiria sair desta relação sem ajuda, apresentei queixa na esquadra da polícia, para conseguir o afastamento da pessoa em questão (Fernando, 23 anos).

Relativamente ao momento em que tomaram consciência de estar envolvidos numa relação com contornos de violência, outros participantes referiram ter sido durante conversas e desabafos com amigos ou familiares, em que estes os alertaram para a anormalidade da situação em que se encontravam.

O termo violência, no decorrer da relação a que se refere esta experiência, surge, se bem me recordo, a primeira vez, num contexto de troca de impressões com uma pessoa minha amiga, que me alertou para essa possibilidade, na medida em que, dos reportes de desagrado que lhe dava a conhecer, lhe transmitia a sensação de se tratar de violência psicológica, principalmente naquilo a que chamou de “ir em sentido contrário” (...) Este tipo de comportamento era recorrente e causava-me natural desconforto (André, 52 anos).

Foi também referido por alguns participantes a dificuldade de decidir como agir aquando desta tomada de decisão, sentindo-se divididos entre o terminar a relação e o fazer mais um esforço para ver se a mesma resultava.

No fundo, desde cedo, vi-me como uma espécie de refém de um dilema: por um lado a vontade de sair fora da relação por não me estar a fazer bem; por outro, a consciência de deixar para trás alguém que tinha argumentos válidos para justificar uma conjuntura menos favorável, logo mentalmente menos estável. A dúvida entre aferir se se trataria de um comportamento estrutural ou conjuntural permaneceu durante quase todo o tempo, algo que se dissipou quando constatei as primeiras tentativas de humilhação que me fez, pois não faz qualquer sentido quando alguém está a passar um mau momento na vida, em vez de se apoiar em quem diz amar, por estar fragilizada, dar-se a esse cuidado de a tentar humilhar, com requintes de sadismo (André, 52 anos).

Houve ainda quem admitisse só se ter deparado com tal situação após o término da relação, pois enquanto esta decorria, não terá tido consciência dos seus contornos.

Só percebi depois que me separei. Às vezes é preciso afastarmo-nos para ver melhor. Senti-me um trouxa, senti que perdi tempo insistindo naquela relação (Igor, 40 anos).

Por fim, os discursos dos participantes, relativamente ao processo de tomada de consciência, deram visibilidade a um conflito intrapessoal.

A reação que tive quando tomei consciência foi de incompatibilidade comigo mesmo porque, de certa maneira, não era uma coisa que eu esperasse. Tentava sempre acalmar-me e pensar que da próxima vez não ia acontecer e fui deixando arrastar (Ricardo, 32 anos).

Senti revolta e frustração, mas não com ela, comigo mesmo (Bruno, 38 anos).

2. Maiores dificuldades sentidas

Quanto às questões relacionadas com as maiores dificuldades encontradas no decorrer de todo o processo, foi possível apurar que, para alguns participantes, a existência de filhos do casal, ou apenas de um dos lados, foi a maior dificuldade no rompimento da relação.

Como pai responsável e cuidador a tempo inteiro, naturalmente, o que mais me custou foi saber que prejudiquei os meus filhos, pelo facto de não ter conseguido trazer-lhes o que havia dito que esperava como recompensa por tudo que deixei de lhes proporcionar para estar com quem, afinal de contas, não valia absolutamente nada e jamais seria como uma segunda mãe para eles (André, 52 anos).

O sentimento que mantinham pela companheira, também foi uma das maiores dificuldades no processo de separação, relatadas pelos participantes.

O pior mesmo era o facto de gostar da pessoa e não a querer prejudicar. O meu irmão na altura insistiu muito para que eu apresentasse queixa, para me levar à esquadra, mas eu não queria prejudicá-la porque na verdade eu gostava dela (Guilherme, 37 anos).

O mais difícil foi o afastamento da pessoa em questão, pois apesar de eu perceber que não conseguia continuar com uma relação assim eu continuava apaixonado por ela (Fernando, 23 anos).

O tempo investido na relação, justificado pelo desejo de que as coisas corressem bem, mas a constatação de uma realidade distinta da vontade, constituíram, para Bruno, uma das suas dificuldades após o processo de tomada de consciência de que estaria numa relação com contornos de violência.

O mais difícil foi perceber que não podia voltar atrás no tempo, por um lado queria que as coisas dessem certo para não sentir que foi tudo perdido, mas por outro lado sabia que não podia continuar mais nesta situação. O mais difícil foi não saber o que fazer (Bruno, 38 anos).

Para Afonso, o momento de regressar a casa, depois de um dia de trabalho, era uma dificuldade, pela imprevisibilidade. Nunca sabia o que ia encontrar assim que chegasse a casa. Por outro lado, o seu discurso sugere alguma ambivalência sentida na ocasião.

O mais difícil era regressar a casa depois do trabalho. Nunca sabia o que iria encontrar e o que me esperava. Antes de dormirmos em quartos separados, a hora de ir para a cama também era complicada. (...) Era o espaço em que estávamos mais próximos um do outro e um sítio que trazia boas recordações. Cheguei a pensar que era o sítio para uma possível reconciliação, mas tinha medo de me aproximar porque ao mesmo tempo tinha medo da reação dela (Afonso, 52 anos).

Questões mais pessoais e emocionais também foram mencionadas, num pensamento que remete para consequências a longo prazo, difíceis de reverter e que envolvem um processo complexo.

O mais difícil foi ganhar confiança em mim novamente e sentir-me bem comigo próprio (Luís, 29 anos)

Um outro tipo de dificuldade mencionada por um dos participantes foi a de superar o medo de perder o emprego, justificado pelo facto de a autora dos episódios de violência acumular os papéis de companheira e superior hierárquica no local de trabalho.

Para mim o que foi mais difícil era o medo de a ter que deixar, porque ela era a responsável do meu local de trabalho e tinha receio de perder o meu posto e como nessa altura estava iludido tentava ser forte (...) pois ela ocupava um cargo superior ao meu (...) Para mim a gota de água foi quando eu tentei pela milésima vez terminar a relação e ela me disse que me iria acusar aos chefes de roubo no estabelecimento (Ricardo, 32 anos).

Neste tema também foi possível identificar dificuldades justificadas à luz da incorporação de algumas crenças e estereótipos de gênero relacionados com a dominação masculina e o papel socialmente produzido do homem no contexto da família nuclear, isto é, o homem como devendo ser o pilar da família e conseqüente necessidade de exibir uma presença mais forte. Também se identificou a descrença no sistema das vítimas deste tipo de violência.

O mais difícil foi o dizer BASTA, sair daquele círculo vicioso de manipulação e esquemas. E esconder a minha tristeza e desespero dos meus filhos (...) No nosso caso são 2 rapazes, evitei sempre que dessem conta do que se passava, dos jogos da mãe, mas chega a um ponto que mesmo sendo novos dão conta do que se passa. Não me separei mais cedo porque por eles tentei sempre aguentar, para não destruir a família que eles sempre tiveram. É assim, eu sou o homem da casa, como acha que ia ser visto pelos miúdos? Fala-se muito da violência psicológica, mas é difícil explicar uma coisa fisicamente invisível a quem nunca passou por ela. Por muito que se queira mudar a sociedade, ainda há um longo caminho a percorrer porque nunca se é bem visto quando se é vítima de uma mulher. As pessoas dizem sempre: *“Ah e tal ele está a exagerar, ou isso é ser fraco ou maricas”*. Infelizmente funciona assim o sistema, mas sobre esse assunto não me quero alargar mais (Bernardo, 41 anos).

3. Experiências de vitimação (des)vendadas

Em relação aos episódios de violência, no decorrer das entrevistas realizadas foi possível compreender que as relações tinham um início comum, sem violência, e que a maior frequência dos episódios de violência sofrida por parte dos participantes foi a psicológica com recurso a insultos, tentativas de controlo, manipulação e ameaças.

(...) Quando começamos a namorar acho que era tudo normal, dávamo-nos bem, tratávamo-nos bem, mas com o passar do tempo ela passou a ser demasiado controladora, tinha de saber sempre onde estava, onde ia, com quem estava, muitas das vezes não acreditava e tinha de atender a chamada para ela ver se era verdade. Dizia muitas vezes coisas como: *“Pois, diverte-te sem mim”* ou *“Já sei que não precisas de mim para nada, fica lá com os teus amiguinhos”*. Depois quando não conseguia o que queria, apareciam os insultos, chamava-me de tudo o que se possa imaginar, e seguiam-se as ameaças, que se ia matar, que se mandava da varanda se eu não fosse na hora para casa ou ter com ela, entre outras coisas que nem quero relatar (Guilherme, 37 anos).

Outros participantes mencionaram ainda ter sofrido episódios de humilhação e chantagem, aliados à ameaça de envolvimento futuro dos filhos.

Nunca me bateu, mas o jogo dela era psicológico. Era humilhado e insultado várias vezes, quando eu não fazia o que ela queria ou lhe dizia que a ia deixar ameaçava encher a cabeça dos miúdos contra mim, dizer-lhes que eu a tinha traído e que já não gostava mais deles e queria acabar com a nossa família e outras coisas como virar as pessoas todas contra mim. Uma vez fomos de férias para o Algarve com um casal amigo e estávamos a jantar num restaurante; do nada ela diz que quer ir embora porque está cansada e ainda nem a meio do jantar íamos. O nosso hotel era mesmo ao lado e eu disse que mal acabasse de jantar ia ter com ela ao quarto e quando cheguei lá tinha uma caixa de *ben-u-ron* vazia em cima da cama e ela estava deitada no chão e quando eu corri para a tentar ajudar ela começou-se a rir e a dizer que desta vez tinha sido brincadeira, mas que na próxima que eu não a acompanhasse fazia a sério e eu ia ter de explicar aos nossos filhos que a mãe morreu por minha causa (Bernardo, 41 anos).

Alguns dos participantes assumiram ter sofrido exclusivamente violência psicológica, ilustrando alguns exemplos.

Tratou-se de uma violência exclusivamente psicológica, que para além dos exemplos que já reporte, assentava essencialmente no seguinte: manipulação; chantagem emocional; projeção psicológica; mentiras; omissões (omitiu-me que era casada); tentativas de humilhação; desinteresse; silêncios; falta de apoio e cuidados; vitimização; etc. (André, 52 anos).

A escalada dos episódios de violência foi várias vezes referida durante as entrevistas. A experiência de Ricardo inclui episódios de violência verbal frente a terceiros, nomeadamente no local de trabalho partilhado por si e pela companheira.

Primeiramente começou por pequenas discussões, duas a três vezes por semana. Depois disso as discussões passaram para o local de trabalho, onde era constantemente humilhado e rebaixado pois ela ocupava um cargo superior ao meu. Várias vezes estas atitudes aconteciam à frente dos clientes da loja onde ambos trabalhávamos (Ricardo, 32 anos).

Noutros casos, como o de Bruno e de Afonso, aos episódios de violência verbal associaram-se a forma física, consubstanciada no arremesso de objetos contra si.

Nunca me bateu, mas uma vez atirou-me com um sapato. Tirando isso era os insultos, estava sempre a dizer que se eu a deixasse ela se matava ou então que se batia e ia fazer queixa de mim e que toda a gente ia acreditar nela. Tirando isso era o estar sempre a tratar-me mal, eu para ela nunca fazia nada bem, nada estava do agrado dela. Mas para as outras pessoas ela era simpática e boa pessoa (Bruno, 38 anos).

Alguns dias foi por chegar tarde para comer, outros dias porque não pus a roupa a secar ou porque vim para casa e não trouxe cigarros. Primeiro pensei voltar para casa dos meus pais, mas depois achei melhor ficar. Tinha esperança de que ela voltasse a ser como antes. (...) Começaram por ser uma espécie de falta de tolerância e de compreensão. Nada me era desculpado e tudo o que era menos bom era-me atirado à cara. Depois piorou com nomes e insultos. Chegou um tempo em que ir para casa era um martírio porque pensava logo que problema iria ter nesse dia. (...) Primeiro foram insultos e depois às vezes até com os maços dos cigarros me atirava, ou com o isqueiro (Afonso, 52 anos).

Situações de controlo foram muito relatadas como sendo as primeiras formas de violência na relação, em alguns dos casos tendo evoluído até às agressões físicas recorrentes, com consequências graves para os participantes, como foi o caso de Luís.

No início não havia episódios de violência, nem verbal nem física, nem psicológica, apenas algum controlo, que eu achava normal. Ao longo do tempo, pequenas ações em que basicamente tinha que fazer as coisas não por minha opção, não tinha controlo nenhum na relação nem no que acontecia na mesma. No fim, a verbal era pouca, mas havia muito psicológica e, em alguns casos, passou a física. As físicas aconteciam em momentos de discussão onde a pessoa era questionada e confrontada com algumas coisas, explodia e no início eram empurrões ou apenas levantar a mão. Chegou a um momento em que passou para agressão, como um soco, por exemplo, que até fiquei algumas vezes a sangrar (Luís, 29 anos).

A privação da vida social esteve também presente em alguns relatos acerca do início dos episódios de violência, bem como a invasão da privacidade e o controle na forma de vestir. A danificação de objetos e pertences de Guilherme surge apenas como um exemplo.

Na altura eu andava na faculdade e começou com o controlo, não podia falar com nenhuma amiga do sexo feminino ou uma colega, se ela visse alguma mensagem partia-me o cartão do telemóvel e eu lá mudava de número. Não podia ir ao café com os meus amigos porque começava a dizer que eu queria era estar com outras raparigas. Resumidamente, não podia fazer nada de lazer que não fosse com ela. Também falava da minha roupa, por exemplo se eu estivesse de camisa ou lhe cheirasse a perfume dizia logo que eu queria impressionar x ou y ou que tinha ido ter com outra. A primeira agressão aconteceu perto da universidade durante uma discussão, ela atirou-me com um capacete de moto, e atirou-me ao chão. Os episódios de violência física foram poucos (Guilherme, 37 anos).

Outros episódios de violência física com maior gravidade também foram referidos, chegando mesmo a ser necessária ajuda hospitalar. E como já foi referido anteriormente, os resultados sugerem um crescendo do tipo de violência, iniciando na verbal e psicológica e evoluindo para a violência física, por vezes com implicações graves, tal como descreve Fernando.

Os primeiros episódios de violência foram verbais, principalmente ao chegar a casa do trabalho, com inúmeras "bocas" devido a estar a trabalhar com pessoas do sexo feminino. Depois passou por ela invadir a minha privacidade, mexendo no meu telemóvel, na minha carteira, e passado umas semanas disto tudo, aconteceu a violência física. (...) A violência física foram murros e pontapés, sendo mesmo necessária a ajuda hospitalar (Fernando, 23 anos).

4. A necessidade de procurar ajuda: balanços e perspetivas

O presente tema descreve as experiências dos participantes relativamente ao momento em que sentiram necessidade de algum tipo de suporte, informal na maioria dos casos, formal noutros. A necessidade de, simplesmente, desabafar e procurar uma leitura externa do que lhe estaria a acontecer foi sentida por Ricardo, conforme se lê na próxima passagem discursiva.

Senti necessidade de ajuda a partir do episódio que referi na resposta anterior, procurando desabafar e pedir uma opinião real dos meus amigos, visto que eles estavam de fora e talvez conseguissem analisar de uma forma melhor. Não acho que tivesse necessidade de apresentar alguma queixa, porque nunca chegou ao ponto de agressão física (Ricardo, 32 anos).

Também Bernardo e Luís, ainda que não tivessem formalizado qualquer queixa, sentiram necessidade de partilhar as suas experiências de vitimação com pessoas significativas, nas quais depositavam confiança.

Nunca apresentei queixa. Felizmente, no meu salão os meus funcionários são amigos de longa data e era com eles que eu desabafava e contava as situações que aconteciam. Eu queria saber a opinião deles, se eram exageros meus, ou estava mesmo a ser uma vítima de uma psicopata (Bernardo, 41 anos)

Queixa nunca cheguei a apresentar, acabei por me refugiar nos meus amigos e familiares. Esperava superar o mais rapidamente possível e encontrar alguma compreensão no que estava a acontecer (Luís, 29 anos).

Diferentemente, André sentiu necessidade de um apoio mais formal, tendo procurado a ajuda de instituições especializadas em matéria de vitimação, como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Com o apoio da APAV, consegui perceber melhor a terrível realidade que vivi, levando-me a ponderar agir judicialmente para ser indemnizado por expectativas criadas e não cumpridas, que me levaram a grandes investimentos infrutíferos e perdas, havendo lugar a um processo cível, para o qual não avancei por consideração a um filho menor do outro lado e aos pais de saúde debilitada (André, 52 anos).

Guilherme, por seu turno, foi aconselhado pela família a apresentar uma queixa formal junto de um Órgão de Polícia Criminal, designadamente a Polícia de Segurança Pública.

Quando o meu irmão contou aos meus pais e eles me fizeram entender que o melhor mesmo era apresentar queixa na PSP porque isto era uma situação completamente grave. Esperava resolver a situação, mas sempre sem a prejudicar (Guilherme, 37 anos).

Na sequência de um episódio particularmente mais violento, Fernando teve necessidade de procurar não apenas ajuda médica, como, posteriormente, ajuda para se libertar de uma relação considerada abusiva.

Consigo recordar o momento sim, após o episódio de violência física, a ida ao hospital devido às contusões sofridas, senti necessidade de pedir auxílio devido ao que se estava a passar. Procura ajuda para me libertar desta relação abusiva, da qual sozinho não era capaz de me libertar sozinho (Fernando, 23 anos).

Convidados a refletirem sobre as experiências de vitimação sofridas, fazendo uma espécie de avaliação das mesmas e do modo como as vivenciaram, os discursos dos participantes começaram por realçar o medo e a vergonha de que as suas histórias fossem, na altura, tornadas pública, conforme testemunham Afonso e Guilherme.

A verdade é que tinha medo que se soubesse o verdadeiro motivo da separação. Tinha alguma vergonha que os meus amigos e colegas soubessem que a minha mulher me fazia a vida um inferno e eu não fazia nada para a parar. (...) Acho que ninguém iria compreender a situação de ser maltratado pela mulher. Sempre fui uma pessoa calma e pacífica e não me passava pela cabeça andar à porrada com a minha mulher. Não gostava que os meus amigos e familiares achassem como se costuma dizer que “lá em casa é ela que usa calças” (Afonso, 52 anos).

Eles eram mesmo meus amigos, mas talvez por vergonha. (...) Se eles soubessem que ela me controlava daquela forma iam sempre gozar comigo, ou pelo menos mandar umas bocas tipo que era ela que vestia as calças ou que eu era cão mandado dela. Pensando bem as relações deles deviam ser diferentes (Guilherme, 37 anos).

Por outro lado, o medo de perderem a ligação aos filhos ou que a mesma fosse penalizada pesou na hora de tomar uma decisão de denunciar, ou não.

O meu maior medo era perder os meus filhos ou afastar-me deles, coisa que acabou por acontecer na mesma porque eles ficaram com a mãe e ela mal os deixa falar comigo (Bernardo, 41 anos)

Igor, por exemplo, destacou que a manutenção de uma relação com contornos de violência deveu-se ao facto de, na ocasião dos factos, acreditar em não ser possível ser feliz na sua companheira, sugerindo uma dificuldade em se projetar no futuro de modo mais independente.

Eu achava que jamais seria feliz de novo sem ela (Igor, 40 anos).

A possibilidade de formalizar uma queixa junto das autoridades competentes foi, nalguns casos, como o de Fernando, anulada pelo medo de repercussões maiores.

(...) Senti receio de voltar a ser agredido, quer física ou psicologicamente, pois não aguentava mais ser tratado como um boneco nas mãos dela. Senti esse medo ao pensar o que essa pessoa faria ao saber da queixa realizada (Fernando, 23 anos).

Nos casos em que a ajuda foi procurada, os participantes fizeram avaliações distintas. Ricardo, Bernardo e Luís fizeram uma avaliação positiva, seja pelo aconselhamento recebido ou, simplesmente, por terem encontrado espaços de escuta.

Considero que tenha sido um bom apoio, neste caso os meus amigos, porque foram eles que sempre me ajudaram e aconselharam para tomar as melhores decisões e atitudes (Ricardo, 32 anos).

Os meus nunca me falharam, ouvi algumas vezes conselhos menos positivos para a meter no lugar dela, mas nunca os segui. Às vezes tinha vontade porque me sentia sufocado e desesperado, mas nunca o fiz (Bernardo, 41 anos).

Foi até mais do que eu esperava, pois sinto que me ajudou imenso e sem ele não teria superado tão rápido e tão bem (Luís, 29 anos).

Em contrapartida, alguns participantes referiram que sentiram “indiferença” por parte das pessoas que lhes eram mais próximas, valorizando antes o apoio a nível institucional.

Aqui, saliento a enorme indiferença de quem me era mais próximo, à exceção dos meus filhos, claro está, e de uma ou outra pessoa mais esclarecida, pois, a ignorância e falta de cultura, muito latentes ainda em Portugal, nestes assuntos, então, toma proporções inimagináveis, resultando numa revoltante incompreensão. (...) Apenas da parte da APAV, consegui encontrar algum apoio, nomeadamente compreensão, talvez fruto da enorme experiência que já levam em lidar com casos desta natureza, o qual identificaram de pronto e me deram algumas diretrizes caso quisesse agir judicialmente, pois, felizmente, de apoio psicológico nunca necessitei (André, 52 anos).

Nos casos em que existiu apresentação de queixa-crime, as respostas foram bastante heterogéneas, existindo alguns participantes bastante satisfeitos, e outros que consideraram não ter sido o suficiente.

O apoio foi excelente, na altura a agente da PSP que falou comigo foi super atenciosa e até me encaminhou para um serviço de psicologia para me ajudar na tomada de decisão de apresentar queixa ou não (Guilherme, 37 anos).

Penso que as autoridades podiam ter feito mais por mim. A meu ver não é correto após eu realizar uma queixa de violência doméstica, ter de voltar para a mesma casa da pessoa que fiz queixa. E a justiça neste país é demasiado lenta, estamos a falar de uma queixa de violência doméstica, de pessoas que vivem na mesma casa (...) apesar da grande ajuda que me deram, pois consegui-me libertar desta relação, foi muito demorada a ajuda recebida, ter de esperar semanas para algo acontecer é muito difícil, semanas a ter de lidar

diariamente com a agressora, semanas sem conseguir ter um minuto de descanso, com medo da reação dela (Fernando, 23).

Alguns participantes assumiram-se como a pessoa que poderia ter feito mais no decorrer de todo este processo, sugerindo a internalização de uma certa responsabilidade individual na falta de interrupção da relação com contornos de violência.

No meu entender, à exceção da pessoa, nada poderia ter sido feito a não ser pelos intervenientes da relação. Poderia ter eu saído da relação mais cedo (Luís, 29).

Por mim. Eu devia ter-me separado antes, me preservado. Não deveria ter ficado tão dependente dela emocionalmente (Igor, 40 anos).

Por mim só, deixei andar tempo demais e acabei por perder os meus filhos na mesma, porque ela lhes faz a cabeça e tenta metê-los contra mim. Adiei a separação para evitar isto, mas acabou por acontecer tudo igual (Bernardo, 41 anos).

Penso que me caberia a mim não ter deixado tomar proporções tão grandes e resolver a situação, mas visto que o amor tens destas coisas de deixar a pessoas iludidas e de certo modo perdidas (Ricardo, 32).

Outros denunciaram a fragilidade das estruturas sociais no combate à violência, formais e informais, seja por uma incapacidade de resolver as causas da violência, seja por uma certa cumplicidade silenciosa de uma sociedade aparentemente pouco incomodada com fenómenos desta natureza.

Toda a estrutura social e organização política não têm vontade de resolver este tipo de problemáticas, a meu ver, a raiz de tudo de errado que tem acontecido, principalmente no âmbito da violência doméstica, daí o crescendo de casos. Continua-se a combater a febre e a deixar a infecção para trás, ou seja, múltiplas manifestações de sensibilização, completamente estéreis (André, 52 anos).

Pelas pessoas que estavam mais perto de nós, porque eu sei que se davam conta do que se passava, mas também nunca lhe disseram nada, até a elogiavam porque era ela que vestia as calças da relação como eles diziam (Bruno, 38 anos).

DISCUSSÃO

Uma vez apresentados os discursos proferidos pelos participantes, os resultados apontam para uma escalada dos episódios de violência, e um aumento gradual da gravidade dos mesmos, iniciando por violência psicológica, sob a forma de controlo, manipulação e ameaças, seguida de insultos, e, em alguns casos, passando para a violência física. Estes resultados vão de acordo com a literatura que esclarece que as vítimas deste tipo de crime não sofrem uma repentina e imprevisível ameaça à sua segurança, e que este tipo de vitimação é perpetrada em escalada e de forma continuada no tempo (Sarmiento, 2005; Manita, Ribeiro e Peixoto, 2009; Amaral *et al.*, 2016; CEJ, 2016).

O controlo foi várias vezes mencionado como sendo a primeira forma de violência sofrida no contexto da relação, e quase todos os participantes afirmaram terem sido vítimas desse tipo de violência em situações diversas, designadamente ameaças de suicídio, manipulação relacionada com os filhos, e até a apresentação de falsa queixa-crime nos órgãos de polícia criminal. Estes resultados assemelham-se aos resultados de um estudo de Hines (2007) em que foram identificados comportamentos de controlo e de intimidação como sendo os comportamentos mais reportados, bem como a humilhação e a transposição de culpa para a vítima, fazendo com que esta se sentisse não só culpada pelas situações de violência, como também “maluca” com a hipótese de estar a exagerar e a ter uma noção errada da realidade.

Foi possível encontrar em todos os relatos dos participantes a presença de violência psicológica sob várias formas, o que reforça a hipótese de que este tipo de violência é o mais utilizado pelas mulheres agressoras em contexto de VRI (Coker *et al.*, 2002; Machado e Matos, 2014; Moniz, 2017; APAV, 2020). Contrariamente ao que era esperado, a maioria dos participantes, todos homens, relatou ter sofrido pelo menos um episódio de violência física, mesmo que estes não tenham considerado algumas atitudes como arremesso de objetos uma situação dessa forma de violência. Em função do que vem descrito na literatura, seria de esperar uma menor prevalência deste tipo de violência (Coker *et al.*, 2002; Machado e Matos, 2014; Moniz, 2017; APAV, 2020).

No que diz respeito às situações que antecederam os episódios de violência física, os resultados desta investigação foram de encontro a situações já explicadas na literatura, como a fase de aumento da tensão da violência doméstica. Alguns participantes descreveram as

tarefas domésticas, as rotinas do quotidiano como sendo os motivos que levaram às agressões físicas. O facto de o jantar não estar pronto na hora desejada, ou a roupa não estar estendida foram descritos como justificações das agressões. Este cenário enquadra-se na primeira fase do ciclo da violência doméstica, onde qualquer pretexto é utilizado para o início de uma discussão, e está criado um aumento de tensão que pode tomar proporções mais elevadas se a agressora tiver consumido alguma substância (álcool ou drogas) (Manita, Ribeiro e Peixoto, 2009; Amaral *et al.*, 2016; CEJ, 2016).

No decorrer das entrevistas foi possível compreender que em alguns casos apenas foi apresentada queixa-crime quando ocorreu violência física mais severa e/ou deixou marcas visíveis, ou foi necessária ajuda hospitalar, o que vai também ao encontro da literatura consultada (Drijber, Reijnders e Ceelen, 2013). A generalidade dos participantes recorreu a familiares diretos ou amigos próximos, numa tentativa de desabafar e na esperança de conseguir alguma compreensão e/ou ajuda para conseguir gerir a situação em que se encontrava. Associações como a APAV também foram procuradas para encontrar o suporte que necessitavam (Machado *et al.*, 2017).

No que concerne à possibilidade de as vítimas de relações abusivas pedirem ajuda, o medo e a vergonha vêm descritos na literatura como sendo os principais inibidores da concretização desse pedido (Shuler, 2010). Em particular, no caso dos homens vítimas deste tipo de episódios, fruto da incorporação do ideal da masculinidade hegemónica, esse pedido tende fortemente condicionado (Santos, 2019). Em geral, o homem vítima deste tipo de violência receia ser humilhado e desacreditado aquando da denúncia ou da partilha com terceiros, estando assim refém da cultura patriarcal e dos estereótipos de género (Shuler, 2010; Drijber, Reijnders e Ceelen, 2013; Machado *et al.*, 2017). Também foi possível apurar nos discursos dos participantes esta vergonha e receio, bem algumas crenças nos estereótipos e mitos relacionados com a violência nas relações de intimidade. Estes sentimentos foram apontados pelos próprios, como o motivo da demora no pedido de auxílio. O receio de vingança e de ataques físicos e psicológicos violentos, como represálias resultantes do pedido de ajuda ou da denúncia também foram apontados como causas da incerteza e reticência de o realizar. Contrariamente ao que se possa pensar, o homem também sofre de represálias por parte da agressora quando esta tem conhecimento da denúncia do crime (Hines, 2007).

As consequências como depressão e outras questões de saúde mental são as mais prevalentes e graves em homens vítimas violência em relações de intimidade. Comparativamente às

mulheres, as vítimas do sexo masculino tendem a apresentar piores níveis de saúde mental quando vítimas desta violência (Hines e Douglas, 2018). À semelhança desta conclusão, alguns dos participantes nesta investigação, também apontaram a depressão como consequência da sua vitimação, bem como o abalo e desgaste emocional.

CONCLUSÃO

A violência nas relações de intimidade é atualmente um fenómeno amplamente estudado, embora ainda prevaleça a ideia de que este fenómeno de vitimação é, exclusivamente, sinónimo de violência contra a mulher. Os estereótipos de género baseados no patriarcado e na família nuclear, bem como as crenças nos papéis de género, têm constituído uma barreira até para os estudos científicos, pois a maioria são direccionados para a mulher vítima e homem agressor no contexto das relações de intimidade heterossexuais. Estes fatores mencionados demonstram que ainda há um longo caminho a percorrer para o reconhecimento das vítimas masculinas, e uma grande batalha para conseguir moldar e instruir a sociedade de modo que qualquer vítima, independentemente do sexo e/ou do género não sinta receio ou vergonha de admitir e denunciar estas situações e, principalmente, de requerer ajuda/suporte quando necessitar.

A presente investigação surgiu da necessidade de conhecer as experiências de homens vítimas de violência em contexto de intimidade heterossexual, mais concretamente, compreender a emergência, o desenvolvimento e a avaliação das suas experiências de vitimação. Este estudo inscreveu-se numa metodologia qualitativa, com recurso à técnica da entrevista em profundidade, realizada *online*, e os seus resultados fornecem dados que suportam a ideia de que a violência é um problema grave, cuja abordagem convoca olhares interdisciplinares e atentos a múltiplas variáveis, entre elas, o género.

O presente estudo contou com a participação de 9 indivíduos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 23 e os 52 anos, um número relativamente restrito e que, por isso, poderá ser comiserado uma limitação do estudo. Através da tentativa de contacto com vários sujeitos, apercebemo-nos da dificuldade que é encontrar participantes que respeitem os critérios de inclusão e que tenham disponibilidade para colaborar com estudos desta natureza. Uma outra limitação desta investigação foi o facto de todos os contactos serem realizados por escrito. Apesar das várias tentativas de realizar as entrevistas por outro meio que não o escrito (e.g., chamada ou videochamada), todos os participantes optaram por não mudar de plataforma e por realizarmos a entrevista de forma escrita.

Em termos de resultados, e ainda que não seja possível realizar generalizações de natureza alguma, os discursos analisados deram reforçaram a violência psicológica como a forma mais

prevalente de vitimação em homens vítimas violência em relações de intimidade, embora a violência física também esteja presente. Foi possível compreender que os episódios de violência não estão presentes no início da relação, aparecendo no seu decorrer, em forma de escalada, e repetida ao longo do tempo.

Concluimos também que nos casos em que existem filhos do casal, o receio que as vítimas sentem de prejudicar a convivência e a relação com os mesmos, é muitas vezes o motivo de não reportarem a situação, sujeitando-se assim às situações de violência. O receio de desvalorização, desacreditação e humilhação, bem como a vergonha, também foram apontados como os motivos de demora na realização do pedido de ajuda/suporte.

Para concluir, sugerimos a replicação do estudo com um grupo de participantes maior e mais diversificado em termos sociodemográficos. Seria interessante aprofundar a análise das experiências das vítimas no que diz respeito ao processo de tomada de decisão da denúncia em órgãos de polícia criminal e, nos casos em que tal foi feito, a avaliação dessas mesmas experiências.

BIBLIOGRAFIA

Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto, Edições Afrontamento.

Amaral, L. B. D. M., Vasconcelos, T. B. D., Sá, F. E. D., Silva, A. S. R. D., & Macena, R. H. M. (2016). Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *Revista Estudos Feministas*, 24(2), 521-540.

Antunes, M. J. (2015). *Código Penal*. Lisboa, Coimbra Editora.

APA (2014). *Answers to your questions about transgender people, gender identity, and gender expression*. American Psychological Association. [Em linha]. Disponível em: <http://www.apa.org/topics/lgbt/transgender> [Consultado em 18/11/2020].

APAV (2011). *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: Compreender, intervir e prevenir*. Lisboa: APAV.

APAV (2018). *Estatísticas APAV Homens Vítimas de Violência Doméstica*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. [Em linha]. Disponível em https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Homens_2013_2018.pdf [Consultado em 20/11/2020].

APAV (2020). *Estatísticas APAV Relatório Anual 2020*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. [Em linha]. Disponível em https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf [Consultado em 10/05/2021].

Barberá, E. (2004). Perspectiva sócio-cognitiva: estereótipos y esquemas de género. In: Barberá, E., e Berniloch, I. M. (2004), *Psicologia y género*. Madrid, Pearson/Prentice-Hall, 55-80.

Bem, S. L. (1993). *The lenses of gender: Transforming the debate on sexual inequality*. Londres, Yale University Press.

- Berger, P. e Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade*. Lisboa, Dinalivro.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras, Celta.
- Borsato, A. (2016). Violência de gênero como violação de Direitos Humanos. *Revista Jurídica*, 3(3), 177-192.
- Brandão, A. M. (2010). *E se tu fosses um rapaz? Homo-erotismo feminino e a construção social da identidade*. Porto, Edições Afrontamento.
- Breiding, M., Chen, J., e Black, M. (2014). *Intimate Partner Violence in the United States-2010*. Atlanta, National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.
- Castanho, A., Quaresma, C., Isidro, L., Ferreira, A., Marques, A., Vieira, A., & Pereira, V. (2013). *Manual de Policiamento da Violência Doméstica: Um guia para profissionais das Forças de Segurança*. Lisboa: Ministério da Administração Interna - Direção-Geral da Administração Interna.
- CEJ (2016). *Violência Doméstica – Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários & Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Cervini, R. (2002) *Os processos de descriminalização*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 182-197.
- Citeli, M. T. (2001). Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 131-145.
- Coker, A. L., Davis, K. E., Arias, I., Desai, S., Sanderson, M., Brandt, H. M., & Smith, P. H. (2002). Physical and mental health effects of intimate partner violence for men and women. *American Journal of Preventive Medicine*, 23(4), 260-268.
- Connell, R. (1998). Masculinities and globalization. *Men and masculinities*. 1(1), 3-23.
- Connell, R. W., e Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829-859.

Costa, D., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolou, E., Lindert, J., Soares, J., Sundin, Ö., ... & Barros, H. (2014). Intimate partner violence and health-related quality of life in European men and women: findings from the DOVE study. *Springer International Publishing Switzerland*, 24, 463–471.

Crichton-Hill, Y. (2001). Challenging ethnocentric explanations of domestic violence. Let us decide, then value our decisions – a Samoan response. *Trauma, Violence, & Abuse*, 2, 203-214.

Dasgupta, S. D. (1998). Women's realities. Defining violence against women by immigration, race, and class. In: Bergen, R. K. (1998). *Issues in intimate violence*. Thousand Oaks, Sage, 209-219.

Donald, R. (2001). *Masculinity and machismo in Hollywood's war films*. In: Whitehead, S. M. e Barrett, F. J. (2001). *The masculinities reader*. Cambridge, University Press, 170-183.

Drijber, B. C., Reijnders, U. J., e Ceelen, M. (2013). Male victims of domestic violence. *Journal of family violence*, 28(2), 173-178.

Dutton, D. G. e Nicholls, T. (2005). The gender paradigm in domestic violence research theory: Part 1 – The conflict of theory and data. *Aggression and Violence Behavior*, 10, 680-714.

Eccel, C. S., e Grisci, C. L. I. (2011). *Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres*. Cadernos EBAPE.BR, 9(1), 57-78

Ferracuti, F., e Wolfgang, M. E. (2013). *The subculture of violence: Towards an integrated theory in criminology*. Londres, Routledge.

Ferreira, D. S. (2018). Construção da identidade de gênero: reflexões em contexto escolar. *Psicologia.pt*. [Em linha]. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0439.pdf> [Consultado em 10/05/2021].

Garcia, C. C. (2018). *Breve história do feminismo (Vol. 1)*. Claridade.

Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Lisboa, Celta.

Giffin, K. (2005). A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 47-57.

Gonçalves, M. (2018). Novas Masculinidades. In: Marín, J. G. (2019). *Novas masculinidades – O feminismo a (de)construir o homem*. Galiza, AGAL, 11-14.

Hearn, J. (1996). Men's violence to known women: historical, everyday and theoretical constructions. In: Fawcett, B., et al. (1996). *Violence and Gender Relations: Theories and Interventions*, Londres, Sage, 22-37.

Hines, D. (2007). Post traumatic stress symptoms among men who sustain partner violence: An international multisite study of university students. *Psychology of Men & Masculinity*, 8(4), 225-239.

Hines, D. A., e Douglas, E. M. (2016). Relative Influence of Various Forms of Partner Violence on the Health of Male Victims: Study of a Helpseeking Sample. *Psychology of Men & Masculinities*, 17(1), 3-16.

Hines, D. A., e Douglas, E. M. (2018). Influence of Intimate Terrorism, Situational Couple Violence, and Mutual Violent Control on Male Victims. *Psychology of Men & Masculinities*, 19(4), 612-623.

Holland, J., Ramazanoglu, C., e Thomson, R. (1996). In the same boat? The gendered (in) experience of first heterosex. In: Jackson, S., e Scott, S. (Eds.). (2002). *Gender: A sociological reader*. Psychology Press.

Kasturirangan, A., Krishnan, S., e Riger, S. (2004). The impact of culture and minority status on women's experience of domestic violence. *Trauma, Violence & Abuse*, 5, 318-332.

Kimmel, M. S. (2001). Masculinity as Homophobia: Fear Shame and Silence in the Construction of Gender Identity. In Whitehead, S. M. e Barrett, F. J. (2001). *The masculinities reader*. Cambridge, Polity Press, 266-287.

Kimmel, M. S. (2006). *Manhood in America: a cultural history*. New York, Oxford United Press.

Küchemann, B. A., Bandeira, L. M., e Almeida, T. M. C. (2015). A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista do CEAM*, 3(1), 63-81.

Levesque, R. J. (2001). *Culture and family violence. Fostering change through human rights law*. Washinton, APA.

Machado, C., e Dias, A. (2010). Abordagens Culturais à vitimação: o caso da violência conjugal. In Machado, C. (Coord.) *Vitimologia: das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção* (13-44). Braga: Psiquilibrios.

Machado, A., e Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: Análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), pp. 726-736.

Machado, A., Hines, D., e Matos, M. (2016). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(3), pp. 255-264.

Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2017). Exploring help seeking experiences of male victims of female perpetrators of IPV. *Journal of Family Violence*, 32(5), 513-523.

Maia, A. J. (2012). A Questão da Corrupção em Portugal: Um Contributo para a sua Caracterização, *Revista de Investigação Criminal. Lisboa, ASFIC / PJ*, 3, 12-43.

Malley-Morrison, K. e Castanheira, H. (2009). Conflict alive! *PsycCRITIQUES*, 54(44).

Mandarino, R. P., Braga, A. G. M. e Rosa, L. (2017). A Participação da vítima no controle da cifra oculta da criminalidade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, 37(1), 281-299.

Manita, C., Ribeiro, C., e Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Marin, A. J., e Russo, N. F. (1999). Feminist perspectives on male violence against women: critiquing O'Neil and Harway's model. In: Harway, M., e O'Neil, J. M. (1999). *What causes men's violence against women?*. Thousand Oaks: Sage Publications, 18-35.

Marín, J. G. (2018). *Novas masculinidades – O feminismo a (de)construir o homem*. Galiza, AGAL.

Ménard, K. S., Anderson, A. L., e Godboldt, S. M. (2009). Gender differences in intimate partner recidivism: A 5-year follow-up. *Criminal Justice and Behavior*, 36(1), 61-76.

Minayo, M. C. D. S. (2006). *Violência e saúde*. Editora Fiocruz.

Ministério de Administração Interna (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa, Ministério de Administração Interna.

Mitra, M., e Mouradian, V. E. (2014). Intimate partner violence in the relationships of men with disabilities in the United States: relative prevalence and health correlates. *Journal Interpers Violence*, 29(17), 3150-3166.

Moniz, M. (2017). *Perfil psicológico de uma amostra de homens vítimas de violência doméstica acolhidos na primeira Casa Abrigo Masculina em Portugal. Comparação com uma amostra de vítimas femininas*. Fundação António Silva Leal, Centro Hospitalar Universitário do Algarve, Research Centre for Spatial and Organization Dynamics (CIEO), Algarve Biomedical Center.

Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa, Fundação Caloust Gulbenkian.

Nogueira, C., e Saavedra, L. (2007). Estereótipos de género: conhecer para os transformar. *Cadernos SACAUSEF*, 3, 10-30.

Obert, J. C. (2016) What we talk about when we talk about intimacy, *Emotion, Space and Society*, 21(2), 25-32.

Oliveira, J. (2010). Orientação Sexual e Identidade de Género na Psicologia: Notas para uma Psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: Nogueira, C. e Oliveira, J. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e de género*. Lisboa, Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género

Oliveira, C. S., Boas, S. V., e Heras, S. L. (2016) Estereótipos de género e sexismo em docentes do ensino superior. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, 7(19) 22-41

OMS (2014). *Global Status Report on Violence Prevention*. Organização Mundial de Saúde.

Paulino, M. e Rodrigues, M. (2016). *Violência Doméstica- Identificar, Avaliar e Intervir*. Lisboa, Prime Books.

Pomar, C., Balça, Â., Fialho Conde, A., Magalhães, O., Martos Garcia, A., Martos Garcia, A., ... & Tavares, T. C. (2012). *Guião de Educação Género e Cidadania. 2º ciclo do ensino básico*. Lisboa, CIG.

Quaresma, C. (2012). *Violência doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal*. Cadernos da Administração Interna Coleção Direitos Humanos e Cidadania, Lisboa, Direção Geral da Administração Interna.

Saavedra, L. (2004). Diversidade na identidade: a escola e as múltiplas formas de ser masculino. *Psicologia, Educação e Cultura*, 8(1), 103-120.

Saavedra, M. S. (2016). Violência. In: Maia, R. L. (2016). *Dicionário-Crime, Justiça e Sociedade*, Lisboa, Edições Sílabo, 517-518.

Santos, L. (2009). *Tornar-se homem: Dramatugas em torno das apresentações de si, das emoções e dos afetos em palcos offline e online*. Tese de Doutoramento em Psicologia Social não publicada. Braga, Universidade do Minho.

Santos, L. (2015). Homens e expressão emocional e afetiva: vozes de desconforto associadas a uma herança instituída. *Configurações*, 1-14.

Santos, L. (2019). Homens, Masculinidades e Violência Simbólica. In: Caridade, S. *et al.* (2020). *Abordagens Contemporâneas de Vitimação, Violência e Crime*, Lisboa, Coisas de ler, 121-139.

Santos, L. (2020). Men Behind the Mask: The Epistemology of Difference. In: B. E. Grau. e C.P. Vieira (Eds), *Sexualities, Gender and Violence: A View from the Iberian Peninsula*. Human Rights Contemporary Issues and Perspectives, 159-170. New York: Nova Science Publishers.

Sarmiento, N. (2005). *Contra a Violência Doméstica: O caminho percorrido [2002-2005]*. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Seffner, F. (2003). *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Shuler, C. A. (2010). Male victims of intimate partner violence in the United States: An examination of the review of literature through the critical theoretical perspective. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 5(1), 163-171.

Stanko, E. (2011). Violence. In: McLaughlin, E., e Muncie, J. (2012). *The Sage Dictionary of Criminology*. Londres: Sage Publications, 453-455

Stearns, P. N. (2017). *História das relações de gênero, (2a ed.)*. São Paulo: Contexto.

Vieira, L. D. C., Figueiredo, M. D. L. F., Sales, R. L. U. B., Lopes, W. M. P. D. S., & Avelino, F. V. D. (2012). A política nacional de saúde do homem: uma reflexão sobre a questão de gênero. *Enfermagem em Foco*, 2(4).

Volpp, L. (2006). Feminism versus multiculturalism. In: Sokoloff, N. J. e Pratt, C. (2006), *Domestic violence at the margins*, New Brunswick, Rutgers University Press, 39-49.

Willig, C. (2012). *Qualitative interpretation and analysis in psychology*. McGraw-Hill Education (UK).

Yllo, K. (2005). Through a feminist lens. Gender, diversity, and violence: extending the feminist framework. In Loseke, D., Gelles, R. e Cavanaugh, M. (2005). *Current controversies on family violence (2º edition)*, Thousand Oaks: Sage, 19-34.

Zuleta, F. (2006). *From pain to violence – the traumatic roots of destructiveness*. West Sussex, John Wiley & Sons, Ltd

ANEXOS

Anexo A – Questionário Sociodemográfico

Toda a informação obtida através deste questionário é anónima e confidencial e tem apenas o propósito de ser analisada para fins de investigação.
Agradeço desde já a sua colaboração.

Dados Sociodemográficos

1. Idade:

2. Estado Civil:

Solteiro		Casado		União de Facto	
Divorciado		Separado		Viúvo	
Outros					

3. Habilitações Literárias:

1º Ciclo (entre 1º e 4º anos)		2º Ciclo (entre 5º e 6º anos)	
3º Ciclo (entre 7º e 9º anos)		Secundário	
Sem estudos		Superior	

4. Profissão:

5. Situação Profissional:

Estudante		Empregado		Desempregado	
-----------	--	-----------	--	--------------	--

Anexo B – Guião de Entrevista Semiestruturada

Solicita-se que responda a todas as perguntas de forma sincera. Não há respostas certas ou erradas. Toda a informação obtida através desta entrevista é anónima e confidencial e tem apenas o propósito de ser analisada para fins de investigação. Agradeço desde já a sua colaboração.

Guião de Entrevista Semiestruturada

Perguntas Exploratórias

1. Gostaria de pedir-lhe que, na medida do possível, recordasse as circunstâncias e o momento em que tomou consciência de estar envolvido numa relação íntima com contornos de violência. Consegue descrever o que sentiu nesse momento? E o que pensou?
2. Poderia descrever-me qual foi a sua reação ao tomar consciência da situação em que se encontrava? Como conseguiu gerir e/ou enfrentar as implicações desse processo de tomada de consciência?
3. É capaz de identificar o que foi mais difícil e porquê?
4. Poderia falar um pouco sobre o desenvolvimento dos episódios de violência? Isto é, a forma como foram acontecendo ao longo do tempo?
5. Consegue recordar o momento em que sentiu necessidade suporte, e decidiu pedir ajuda/apresentar queixa? Quais eram as suas expectativas?
6. Voltando a esse momento, sentiu algum tipo de receio? Se sim, consegue explicar-me o porquê?
7. Como avalia hoje, o apoio que recebeu? Considera que foi ao encontro das suas expectativas?
8. Em seu entender, o que mais poderia ter sido feito e por quem?

Anexo C – Parecer da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

*Das conclusões é estar
e orientada(s).
[Handwritten signature]
24.11.2020*

Exmo. Senhor
Prof. Doutor Pedro Reis
Diretor da FCHS

Nº	Data
FCHS/CRL – 95/20	23 de Novembro de 2020

Exmo. Senhor Prof. Doutor,

A Comissão de Ética, depois de apreciar o projeto de dissertação de Mestrado em Criminologia, de Beatriz Túlia da Conceição Falcão, intitulado "Homens e Masculinidades: Experiências de Violência em Contexto de Intimidade Heterossexual", considera nada haver a opor ao mesmo, devendo, contudo, ser incluído no projeto que os dados a recolher são dados sensíveis, uma vez que se referem à sexualidade e à saúde.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da
Comissão de Ética da UFP

[Handwritten signature]
Teresa Toldy

Anexo D – Declaração de Assentimento Informado

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO

Declaro que aceito participar no estudo *Homens e Masculinidades: Experiências de Violência em Contexto de Intimidade Heterossexual*, tendo sido informado sobre o objetivo da investigação e respetivas condições de participação. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e de todas obtive resposta satisfatória. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal. Foi-me assegurado que os registos em suporte digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão. Foi-me facultado o endereço eletrónico estudohomensemasculinidades@gmail.com para poder, em qualquer altura, esclarecer alguma dúvida que me possa surgir.